

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES
PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Viviane Cornelio de Menezes

A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA COMUNIDADE
ESCOLAR DE BELO HORIZONTE – MG

Belo Horizonte

2019

Viviane Cornelio de Menezes

**A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA COMUNIDADE
ESCOLAR DE BELO HORIZONTE – MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Inclusiva: pessoas com deficiência, acessibilidade e prática educativa.

Orientadora: Erika Lourenço

Belo Horizonte

2019

M543p
TCC

Menezes, Viviane Cornelio de, 1972-

A promoção da educação inclusiva em uma comunidade escolar de Belo Horizonte - mg [manuscrito] / Viviane Cornelio de Menezes. - Belo Horizonte, 2019.

81 f., il.

Inclui bibliografia, apêndices e anexo.

Trabalho de Conclusão de Curso -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Érika Lourenço

1. Educação de crianças. 2. Educação inclusiva. 3. Inclusão escolar. 4. Acessibilidade. 5. Comunidade e escola.

I. Lourenço, Érika. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. III. Título.

CDD - 371.9

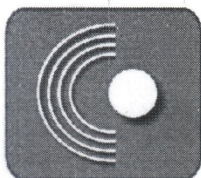
Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivaney Duarte. CRB6 2409

(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica[†].)

* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



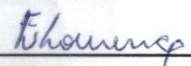
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO SEPTUAGÉSIMO OITAVO TRABALHO FINAL DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS,
ACESSIBILIDADE. PRÁTICA EDUCATIVA

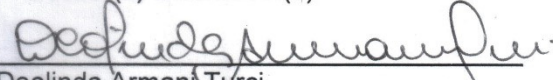
Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “**A promoção da educação inclusiva em uma comunidade escolar de Belo Horizonte -MG**”, do(a) aluno(a) **Viviane Cornélio de Menezes**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Érika Lourenço (orientador) e Deolinda Armani Turci. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

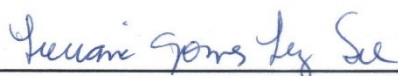
Aluno(a) 
Viviane Cornélio de Menezes

Registro na UFMG: 2018748925


Érika Lourenço

Professor(a) Orientador(a)


Deolinda Armani Turci
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)


Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade em fazer este curso.

Agradeço em especial a minha professora orientadora Erika Lourenço por ser tão prestativa, atenciosa e por me incentivar a cada ação executada

Ao meu esposo Stênio e meu filho Eric pela paciência, apoio e auxílio na finalização do meu trabalho.

RESUMO

Este trabalho surgiu da necessidade de promover a inclusão de forma mais efetiva na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Itamarati, escola onde atuo como professora da educação infantil. Durante a construção dele li declarações e leis, analisei conceitos e estudei o que diferentes autores abordam sobre o movimento da educação inclusiva, a inclusão escolar e as diferentes dimensões da acessibilidade, buscando assim me preparar para a construção de ações que envolvessem toda a comunidade escolar. Entre as seis ações propostas com o enfoque no tema inclusão, estão: os encontros realizados com as famílias na Escola de Pais sob a direção de variados convidados, os encontros com as professoras para sensibilização e reflexão da prática educativa, a construção de uma cartilha contendo desenhos dos alunos e familiares. As execuções das ações favoreceram a participação de toda a comunidade escolar e o envolvimento de professoras que resultaram no desenvolvimento de atitudes inclusivas ao longo do ano de 2019.

Palavras-chave: inclusão; integração; acessibilidade; comunidade escolar.

This work arose from the need to promote inclusion more effectively in the Itamarati Municipal School of Early Childhood Education (EMEI), where I work as a teacher of early childhood education. During his construction I read statements and laws, analyzed concepts and studied what different authors address about the inclusive education movement, school inclusion and the different dimensions of accessibility, thus seeking to prepare me for the construction of actions involving the entire school community. . Among the six actions proposed focusing on the inclusion theme are: meetings held with families at the Parent School under the direction of various guests, meetings with teachers to raise awareness and reflection on educational practice, the construction of a booklet containing student and family drawings. The execution of the actions favored the participation of the whole school community and the involvement of teachers that resulted in the development of inclusive attitudes throughout 2019.

Keywords: inclusion; integration; accessibility; school community.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 Educação Inclusiva	12
2.2 Movimentos Sociais, Leis e Declarações em Defesa da Inclusão	16
2.3 Integração e Inclusão	21
2.4 Inclusão na Educação Infantil	24
3 ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO.....	27
3.1 Plano de Ação	27
3.1.1 Primeira ação.....	28
3.1.2 Segunda ação.....	29
3.1.3 Terceira ação	30
3.1.4 Quarta ação	32
3.1.4.1 <i>Primeiro encontro</i>	33
3.1.4.2 <i>Segundo encontro</i>	36
3.1.4.3 <i>Terceiro encontro</i>	40
3.1.5 Quinta ação	43
3.1.6 Sexta ação	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE A – Slides sobre integração e inclusão.....	53
APÊNDICE B – Slides sobre estratégias pedagógicas	55
APÊNDICE C – Modelo da avaliação dos encontros.....	58
APÊNDICE D – Projeto de Avaliação Institucional	59
APÊNDICE E – Cartilha para professoras	63
APÊNDICE F – Cartilha para comunidade	69
APÊNDICE G – Sugestões de leituras	73
APÊNDICE H – Fotos	75
ANEXO A – Depoimento	80
ANEXO B – Print Intranet PBH 1	83
ANEXO C – Print Intranet PBH 2	85
ANEXO D – Print Intranet PBH 3.....	87

1 INTRODUÇÃO

A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Itamarati situa-se na regional Venda Nova, na cidade de Belo Horizonte. É uma escola com 437 alunos. A maioria são crianças carentes de condições financeiras e muitos deles moram em aglomerados sem saneamento básico: abastecimento de água e rede de esgoto, coleta do lixo, drenagem pluvial, controle de insetos e roedores, poluição ambiental e da habitação. São treze turmas no período da manhã e treze turmas no período da tarde. Este ano duas destas turmas são do período integral. Uma com crianças de 1 a 2 anos e outra com crianças de 2 a 3 anos. As demais são turmas parciais. Maiores detalhes e informações podem ser vistos no Apêndice D onde se encontra o relatório final da avaliação institucional feita sobre a escola a pedido da primeira disciplina do curso em 2018.

Sou professora há 26 anos e estou há 7 anos na EMEI Itamarati. Neste ano de 2019, acompanho uma turma do turno integral que tem 17 crianças, sendo 3 com deficiência, em 2018 eram 4. Alunos com deficiência sempre fizeram parte das minhas turmas, por este motivo sempre tive interesse em aprender mais sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência. Em 2018 surgiu a oportunidade de ingressar no Curso de Especialização em Formação de Educadores para a Educação Básica (LASEB) na área de “Educação Inclusiva: pessoas com deficiência, acessibilidade e prática educativa” oferecido aos sábados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Não pensei duas vezes, me inscrevi e esperei ansiosamente pelo sorteio da minha vaga. Fiquei extremamente feliz quando soube que meu nome estava na listagem. Sabia que seria um desafio, porém acreditei que seria positivo e que contribuiria não só para a minha formação pessoal, mas também para a minha prática de sala de aula.

A pós-graduação teve início em setembro de 2018 e logo percebi que as aulas superavam minha expectativa. Professores com vasta experiência e com tanto conhecimento a partilhar, me fizeram sentir ainda mais certeza de que tinha escolhido o curso certo. No primeiro semestre fiquei sabendo da proposta do curso: criar um plano de ação para executar em minha escola. Fiquei muito motivada porque eu poderia desenvolver ações dentro da área que eu achava necessário: educação inclusiva. Era tudo o que eu queria.

Todo final de ano a equipe gestora da escola de educação infantil organiza o quadro das turmas com a lista de alunos e nomes das professoras e auxiliares. Ao apresentarem este quadro para nós professoras, percebi que 21 dos alunos eram crianças que apresentam alguma deficiência já diagnosticada. Eu já havia percebido que o número de crianças com deficiência presentes na escola vinha aumentando a cada ano. Isto mexeu comigo porque já havia observado que a maioria das professoras apresenta certa dificuldade em lidar com a inclusão destas crianças nas propostas

pedagógicas. No dia a dia percebo que algumas vezes estas crianças são colocadas de lado no momento de uma ou outra atividade por não “darem conta” de fazê-las ou sequer participar.

Ainda no final do ano de 2018, quando a gestão conversou conosco sobre o aumento de crianças com deficiência na EMEI, foi confirmado que a grande maioria das professoras apresenta certa angústia e insegurança para lidar com a situação, o que faz com que estes alunos que têm alguma deficiência não sejam de fato incluídos no sistema escolar conforme já estabelecido pelas leis brasileiras, como por exemplo a lei 13.146, de 6 de julho de 2015, e defendido como direito humano. Diante da realidade da escola, no tocante ao aumento do número de crianças com deficiência e da situação constatada na conversa da direção com as professoras, percebi que seria muito pertinente para o ano de 2019, a construção e execução de um projeto voltado para a inclusão.

Apresentei para a direção da escola a sugestão de desenvolvermos o projeto institucional sobre o tema inclusão como parte do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). O objetivo era despertar nas professoras o desejo de nos tornarmos uma escola mais aberta aos princípios da inclusão e dessa forma, melhorar a nossa prática com os alunos por meio de ações inclusivas. Assim que a direção aprovou a ideia, informei à professora orientadora, Erika Lourenço, que logo se dispôs a me ajudar.

Como primeira ação, conversei informalmente com algumas colegas, em especial as que tinham alunos com deficiência, para saber quais eram as demandas a partir de então, planejar outras ações que fizeram parte do meu trabalho final. As professoras citaram alguns pontos durante nossas conversas: falta de compreensão e aceitação da família em reconhecer a necessidade de se fazer uma avaliação médica das crianças que apresentam certas características físicas, intelectuais e emocionais diferenciadas; necessidade de formação e orientação para as professoras para se tornarem mais preparadas e qualificadas para receberem estas crianças; falta de material pedagógico que atendesse a todas as necessidades dos alunos com deficiência; melhor preparo das auxiliares da educação infantil.

Ao refletir sobre as respostas dadas, cheguei à conclusão que seria interessante criar algumas estratégias envolvendo os aspectos por elas levantados. Senti a necessidade de desenvolver um plano de ação que proporcionasse momentos de reflexão, informação e conhecimento para as professoras e para toda a comunidade escolar, incluindo pais e alunos. Que contribuísse em especial para que as professoras ampliassem as possibilidades de participação e aprendizagem das crianças, independente de terem deficiência ou não.

Como segunda ação, sugeri à direção que convidasse Alexa Fabrino Taves, membro da equipe de apoio à inclusão da regional Venda Nova no ano de 2018 que atende nossa escola, para

realizar uma palestra para as professoras sobre inclusão. Logo no primeiro dia escolar (01/02/2019), fomos contemplados com a palestra “Inclusão na Educação Infantil”, que serviu de estímulo para a adesão das professoras ao projeto institucional por mim sugerido.

Em seguida, como terceira ação, expus minha sugestão às professoras sobre o tema do projeto institucional, inclusão. Tendo decidido, por meio de votação, a escolha do tema, nós, professoras da EMEI, demos início aos trabalhos com nossas turmas. Apesar de terem consciência da necessidade, algumas professoras, não sei se por medo ou por falta de vontade, puseram alguns empecilhos para a execução da proposta, o que me abateu muito porque fiquei triste em saber que eu teria que enfrentar mais resistência do que ter apoio. Mas eu tenho lido muito a respeito da inclusão e tenho visto que quem abraça esta ideia enfrenta muitos desafios pelo caminho. Comigo não seria diferente. Decidi continuar com as ações e fazer o que estivesse ao meu alcance para promover a educação inclusiva na minha escola.

Seguindo meu plano de trabalho para o LASEB, executei a quarta ação. Realizei encontros com as professoras para momentos de reflexão, informação e troca de experiências. Para isso, usei diferentes materiais: curta-metragem, slides com textos e músicas e dinâmicas, cuja participação foi muito boa e construtiva. Tivemos a oportunidade de escutar umas às outras e refletir sobre o tema. Concomitantemente, como quinta ação, propus convidados para falarem sobre o tema inclusão nos encontros realizados com os pais no que chamamos “Escola de Pais” e aberto a toda comunidade escolar. Diferentes convidados falaram um pouco a respeito do tema. Pais de pessoas com deficiência, professora com deficiência visual, psicóloga, professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), assistente social e pessoas envolvidas com movimentos sociais abrilhantaram nossos encontros com suas vivências se abriram para o bate papo.

Para fechamento do projeto institucional da escola e do meu plano de ação, envolvi os alunos e seus familiares na confecção de uma cartilha sobre inclusão cuja participação se deu com a produção de um desenho feito em família que representasse o tema desenvolvido ao longo do ano. Com os desenhos e algumas frases reproduzidas pelos pais nos desenhos, produzi a cartilha: “De Olho na Inclusão” que será entregue para cada família no fechamento do ano.

Neste trabalho, registro o passo a passo deste bonito projeto que tanto me acrescentou por meio da busca de conhecimento e pela experiência vivenciada. Início com a revisão de literatura, onde apresento um pouco do que alguns autores versam sobre inclusão, falando sobre a educação inclusiva, o caminho percorrido pela inclusão das pessoas com deficiência e os conceitos integração e inclusão. Em seguida falo sobre o que os movimentos sociais e as leis apresentam a respeito do direito e a defesa pela inclusão das pessoas com deficiência. Por último escrevo sobre a inclusão na educação infantil. Após a revisão de literatura, apresento o meu plano de ação na escola onde atuo

como professora, com o planejamento propriamente dito, uma descrição da execução das ações seguida da análise dos resultados obtidos. Nos Apêndices A e B estão os slides que usei nos encontros com as professoras, fotos e imagens das cartilhas produzidas.

O objetivo de todo o plano de ação foi em primeiro lugar sensibilizar e despertar toda a comunidade escolar para que a inclusão seja reconhecida como um direito e, portanto, promovida em nossa escola. Também foi objetivo do plano motivar professoras a repensarem suas práticas de forma a aumentar a participação e o desenvolvimento das crianças com deficiência, reduzindo assim a exclusão escolar. Por fim, visou a promoção de professoras, alunos e pais fossem agentes de transformação da sociedade, tornando-a inclusiva.

Para este trabalho eu fiz muitas leituras que deixo como indicação no Apêndice G e tenho ainda outras que farão parte dos meus estudos, pois o movimento pela educação inclusiva continua. Sei que dei somente o primeiro passo e que há muito a ser feito. Daqui para frente não podemos perder o foco na inclusão, precisamos fortalecer ainda mais os laços que nos unem na busca pela escola inclusiva. Encontrei com todas estas ações, um jeito de contribuir e ajudar na construção de uma sociedade mais justa e melhor para todos, sem distinção.

Como diz Sasaki (2010):

Uma sociedade inclusiva vai além de garantir espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (Sasaki, 2010, p.168)

2REVISÃO DE LITERATURA

Ao longo da história nossa sociedade vem construindo uma nova visão a respeito das pessoas com deficiência. Estamos no caminho de ser uma sociedade que respeita a diversidade de pessoas e que reconhece os direitos de cada ser humano, sem distinção. A escola também faz parte deste caminho e é uma grande aliada nesta questão. Para compreender um pouco mais sobre este assunto, esta revisão de literatura traz algumas contribuições valiosas que ajudaram na construção do meu trabalho. Os textos trazem uma visão dos passos que já foram dados em direção à educação inclusiva, leis e movimentos, inclusão na educação infantil; e nos levam a refletir o que ainda é preciso fazer para que a escola seja de fato um lugar reconhecido como direito de todos e a educação seja de fato inclusiva.

2.1Educação Inclusiva

Se falarmos de escola inclusiva ou escola aberta à diversidade de pessoas, é preciso compreender antes que essa instituição social foi a princípio idealizada para um público que correspondia a um padrão de normalidade. Se voltarmos o nosso olhar para a história verificamos esse fato. Franco e Guerra (2015) versam sobre o assunto. Eles contam que antigamente era comum a eliminação ou abandono de pessoas que desviassem do padrão físico e mental socialmente aceito, entre elas as pessoas com deficiência. Eram tratadas como resultado de feitiços e bruxarias por parte dos supersticiosos por esse motivo sofriam punições.

Na idade média, quando a sociedade começou a ver estas pessoas sob o olhar do cristianismo, esta prática foi mudada. Elas eram consideradas filhas de Deus, então não podiam mais ser eliminadas, eram acolhidas e cuidadas em conventos ou igrejas e dependiam da caridade das pessoas e dessas instituições. As pessoas que tinham uma deficiência menos severa, viviam com as famílias, porém eram escondidas da sociedade para não serem ridicularizadas. Aquelas que tinham malformação ou deficiências mais severas sofriam torturas ou morte porque acreditavam que a deficiência era resultado de feitiçaria ou bruxaria e por isso mereciam castigo para serem purificadas.

Na Modernidade, a deficiência passou a ser vista como doença e virou objeto de estudo, necessitando ser tratada. Todo atendimento às pessoas com deficiência tinha um viés terapêutico, de acordo com Glat e Fernandes (2005). As autoras contam que as pessoas com deficiência passavam por avaliação que eram pautadas em exames médicos e em seguida eram encaminhadas para um conjunto de terapias. Esperava-se – ou exigia-se – que a pessoa com deficiência se reabilitasse, se

‘normalizasse’, se adaptasse a uma sociedade que, de fato, foi construída para atender àqueles que correspondem ao padrão de normalidade. Os modelos de pessoas concebidos e reforçados culturalmente serviam de referência para a aparência, a forma e o funcionamento do corpo. Com o tempo, conventos, asilos e hospitais psiquiátricos, passaram a ser locais de confinamento, em vez de locais para tratamento das pessoas com deficiência.

Na idade contemporânea surgiram trabalhos de vários autores que estudaram as deficiências para se descobrir as causas. Surgiu a ideia de que a deficiência era algo hereditário (causa natural), biológico ou cultural (causa ambiental). Foi no século XIX que surgiu o primeiro programa sistemático de Educação Especial. Glat e Fernandes (2005) relatam que foram os próprios médicos que “despertaram para a necessidade de escolarização” das pessoas com deficiência. Surgiu a ideia de se avaliar a pessoa com deficiência pelo rendimento educacional. Surgiram várias técnicas de educação especial que eram aplicadas em diferentes tipos e níveis de deficiência. Algumas instituições eram motivadas pela caridade, outras ligadas à medicina e quando ofereciam atendimento na área educacional, este passava pelo viés terapêutico. Mas essas instituições davam pouca ênfase à atividade acadêmica, que ocupava pouco tempo dos alunos. A educação não era considerada necessária e possível para as pessoas com deficiências severas. Não havia expectativas quanto à capacidade destes indivíduos aprenderem os conteúdos escolares.

Ao longo da década iniciada em 1970, a Educação Especial se institucionalizou aqui no Brasil, segundo Glat e Fernandes (2005). Ela se organizou como atendimento substitutivo ao ensino comum, levando à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização ancorada no conceito de normalidade/anormalidade determinava tipos de atendimentos clínicos terapêuticos apoiados em diagnósticos e práticas escolares para os alunos com deficiência. Para as autoras, o desenvolvimento de métodos e técnicas de ensino permitiu a aprendizagem dos alunos com deficiência, porém não garantiu a entrada deles no sistema de ensino. A Educação Especial funcionava como um serviço paralelo, com um currículo próprio, as classes especiais eram verdadeiros espaços de segregação.

Seguindo a defesa mundial em favor das minorias e contra a sua marginalização, na década iniciada em 1980, deu-se início aqui no Brasil, ao sistema de integração das pessoas com deficiência, visando prepará-las para serem integradas nas classes comuns de ensino. A integração defendia o direito de usufruírem as condições de vida o mais próximo da comunidade onde viviam, tendo direito de participar das mesmas atividades sociais e educacionais que as demais pessoas. Paralelamente, realizar o atendimento em salas de recursos, de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência. Este modelo é o que ainda prevalece até hoje.

Glat e Fernandes (2005) afirmam que as reivindicações pela ampliação do acesso das pessoas com deficiência a uma educação de qualidade resultaram numa nova proposta, a da Educação Inclusiva. A inclusão escolar pede uma desconstrução dos padrões de normalidade e uma reformulação de todo o sistema de ensino, métodos, avaliação e estratégias, visando à inclusão social e práticas que atendam a diversidade de alunos. As leis surgiram como apoio, possibilitando às pessoas com deficiência fazerem parte desta realidade, mas ainda há muito que fazer para que as escolas se tornem abertas à diversidade e acolhedoras às diferenças. Segundo Diniz (2014): “A diferença se alia à constituição das novas identidades que passam a configurar-se na ordem social vigente”. Diferentes grupos, entre eles o das pessoas com deficiência, estão requerendo o seu lugar de direito na sociedade.

A inclusão escolar diz respeito não somente à inserção, mas também à participação das pessoas com deficiência na escola comum. Já não há mais espaço para serem estigmatizadas como doentes e incapazes e viverem segregadas em espaços, como em instituições religiosas ou escolas especiais, espaços estes que dependem da caridade e de assistência social do governo. De acordo com Franco (2015) o governo nunca teve recursos suficientes para dar assistência a estas instituições, faltavam ações e serviços prestados a elas, o ensino era restrito e as propostas de ensino não eram desafiadoras, o que limitava a aprendizagem.

Diniz (2014) fala do princípio fundamental da educação inclusiva que consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Alves e Barbosa (2006) confirmam, falando que a inclusão escolar tem como objetivo a construção de uma escola que acolha a todos sem qualquer tipo de critério ou exigência, seleção ou discriminação, para o acesso e permanência na escola. De acordo com eles, a inclusão requer uma mudança de concepção e de prática na qual a diferença humana seja compreendida em sua complexidade e valorizada para que se torne efetivo o direito de todos à educação. Forest e Pearpoint (1991) complementam dizendo que para que aconteça a inclusão, é preciso enfrentar os medos e superar os obstáculos porque inclusão significa mudança e a mudança sempre nos causa desconforto e insegurança. Mudança pede enfrentamento das dificuldades. Os autores afirmam que devemos partir do princípio de que não temos o direito de excluir ninguém. A realidade histórica da segregação escolar e social das pessoas com deficiência só vai melhorar se esta mudança começar em nós, em nossas concepções.

Concordando com os autores Forest e Pearpoint (1991), Diniz (2014, p.110) diz: “A possibilidade da educação inclusiva não é separada da construção de uma sociedade inclusiva, reconhecendo, portanto, o atrelamento da instituição escolar ao sistema social, político e econômico vigente na sociedade”. Ainda complementa dizendo que no campo da educação, para que a inclusão

aconteça, é preciso antes discutir e reestruturar as escolas para se garantir o acesso e a participação de todos os sujeitos e impedir a segregação e o isolamento. O direito das pessoas com deficiência serem incluídas nas escolas comuns, é resultado de um movimento mundial que ganhou força a partir da década de 1990 e também das leis que garantiram este direito.

Segundo Sánchez (2005), nos Estados Unidos da América (EUA) um movimento denominado *Regular Education Initiative* (REI), visando à inclusão nas escolas de crianças com deficiência, no final da década de 1980 e início da década de 1990. Nesta época, elas faziam parte da educação especial e viviam num mundo à parte. A ideia do movimento social era que houvesse um único sistema educativo para todas as crianças. Nesta mesma época, apareceram em outras partes do mundo, outros movimentos contrários à segregação e a favor da inclusão. A crítica era a respeito do modelo de ensino que seguia o modelo médico de deficiência. O que aparecia primeiro era a deficiência, não a pessoa. De acordo com Franco (2015) procurava-se uniformizar e homogeneizar o processo educacional e para isso instituíram padrões de normalidade, consolidando as práticas de segregação e de exclusão já existentes na história. Buscava-se a cura e a reabilitação destas pessoas para que chegassem ao padrão aceito pela sociedade. Custódio (2018) confirma dizendo que o atendimento das pessoas com deficiência se deu de forma separada das outras pessoas consideradas dentro do padrão aceito como normal.

Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão pedagógica.

Os direitos das pessoas com deficiência foram conquistados de forma gradual. Na medida em que eles conquistavam seus direitos, a convivência com a sociedade passou a ser mais frequente, conduzindo para maior aceitação daqueles que antes viviam isolados e separados das demais pessoas. Iniciaram os movimentos a favor da integração, cujo objetivo era o de incorporar física e socialmente as pessoas com deficiência na sociedade. Mantoan (2005) afirma que pela integração escolar trata-se de uma inserção parcial. Na integração, para que a pessoa com deficiência fizesse parte da classe comum, ele deveria ter dificuldades médias ou comuns, segundo Sánchez (2005). Na integração, o aluno é que tem que se adaptar à escola. Constatou-se que um aluno podia estar integrado, mas passar bastante tempo isolado na sala de apoio ou sem interagir com os colegas numa sala comum. Ou seja, eles continuavam sofrendo situações de discriminação. Continuavam segregados.

Mas a necessidade da mudança dessas circunstâncias fez com que vários eventos e encontros acontecessem. Movimentos realizados por profissionais, pais e pessoas com deficiência surgiram em defesa da Inclusão destas pessoas. Eles defendiam a ideia de unificar a educação especial com a educação comum. Declarações e leis foram redigidas, com o objetivo de que tornassem realidade uma educação de qualidade que alcançasse a todos, incluindo pessoas com deficiência, para que tivessem acesso a um mesmo currículo numa classe comum. Hoje vemos que o direito destas pessoas serem incluídas nas escolas comuns, é resultado desse movimento mundial que ganhou força a partir dos anos 1990 e também das leis que garantiram este direito. A seguir abordarei este assunto.

2.2 Movimentos Sociais, Leis e Declarações em Defesa da Inclusão

Demandando a inclusão, movimentos sociais levaram ao entendimento de que muitos alunos fracassam devido às formas de organização e ensino das escolas. Esse reconhecimento despertou a necessidade de se rever os sistemas educacionais de forma que a educação aconteça de fato para todos os alunos, sem distinção. Eles estimularam o surgimento e a defesa da educação inclusiva. A partir de então começaram a acontecer ações e reuniões internacionais para se debater e refletir sobre a questão.

Estes encontros internacionais sustentaram o seu discurso primeiramente na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), declarada em 1948, como podemos ver no artigo 26: “I) Todos os seres humanos têm direito à educação”. Nesse sentido, Sánchez (2005) destaca o trabalho realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela ONU para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) “em prol de que a educação chegue a todas as crianças em idade escolar”.

Claude (2004) fala sobre a educação como direito humano em seu artigo:

A educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para ampliá-la com conhecimento, saber e discernimento. Além disso, pelo tipo de instrumento que constitui, trata-se de um direito de múltiplas faces: social, econômica e cultural. Direito social porque, no contexto da comunidade, promove o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Direito econômico, pois favorece a auto-suficiência econômica por meio do emprego ou do trabalho autônomo. E direito cultural, já que a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos. Em suma, a educação é o pré-requisito fundamental para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna. (CLAUDE, 2004, p.1)

Ao verificarmos a Constituição Federal (1988) veremos que ela traz em seu texto a educação como direito de todas as pessoas e que o acesso e a permanência em estabelecimentos de ensino também são assegurados, em favor do bem comum. Grabois (2012) fala que a igualdade de condições para acesso e permanência na escola bem como a qualidade do ensino ser os princípios sob os quais a educação deve ser ministrada, não sendo aceitável discriminar e manter as pessoas na invisibilidade.

Vejamos o que está escrito no capítulo III da Constituição Federal (1988):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art.206, inciso 1.Igualdade de condições de acesso e permanência na escola. (CAPÍTULO III - Da Educação, da Cultura e do Desporto SEÇÃO I)

Algumas ações que defendem a inclusão merecem destaque. Entre elas a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), que explicita os direitos dos portadores¹ de necessidades educativas especiais, valorizados como indivíduos e como seres sociais. Garantem-lhes, entre outras coisas, uma vida plena e decente, cuidados especiais, sempre que possível gratuito, levando-os a mais ampla integração social e ao desenvolvimento individual pleno. Grabois (2012) fala que “O paradigma é o do direito; vamos respeitar as conquistas da sociedade brasileira e garantir que crianças e adolescentes com deficiência sejam os protagonistas de suas próprias vidas”.

Temos também a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE, 1994) que se trata de uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Esta ação, segundo Sánchez (2005), foi uma tentativa de que uma educação de qualidade alcançasse a todos. Complementa:

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada no fato de que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). (SÁNCHEZ, 2005, p.11)

Outra ação merece destaque: a Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, em Salamanca, Espanha (1994) que reafirma o compromisso com a educação para todos. Na ocasião, os delegados proclamaram que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,

¹ Portadora de deficiência: este termo não é mais usado porque uma pessoa não porta sua deficiência, ela tem uma deficiência. O termo "portadores" implica em algo que se "porta", que é possível se desvencilhar tão logo se queira ou chegue-se a um destino. Remete, ainda, a algo temporário, como portar um documento ou ser portador de uma doença.

- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A Convenção de Salamanca (1994) foi a que mais contribuiu para impulsionar a educação inclusiva em todo o mundo, de acordo com Sánchez (2005). Estabeleceu-se nesta ocasião, que todas as escolas deveriam acolher e oferecer educação e conhecimento a todas as crianças, independentemente de suas condições, características e necessidades. Sánchez (2005) afirma: “A Educação Inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos [...]” e complementa dizendo que a declaração tem mantido a posição de defesa e reconhecimento dos direitos humanos. Estabeleceu um decálogo de recomendações a serem seguidas pelos países participantes. Entre eles está o de realizar maiores esforços para reconhecer e alcançar os direitos estabelecidos nesta convenção.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9394/96, baseia-se no princípio do direito universal à educação para todos. Recomenda que os sistemas de ensino devam assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Como vemos em um dos seus artigos, o artigo 58 da LDB, Educação Especial é a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente² na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Em seus aspectos legais relacionados à inclusão, a LDB 9394/96 garante o direito de todos à educação escolar, em seus artigos 58,59 e 60 no item terceiro sobre a Educação Especial, rejeitando qualquer exclusão das pessoas em função de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. Custódio (2018) fala que esta lei serve de amparo ao público da Educação Especial, mas que, porém, há uma grande distância entre os direitos legais e a prática real da inclusão.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU (2006) e ratificada com força de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº186/2008 e do Decreto Executivo nº6949/2009, estabelece que os Estados envolvidos devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o

² A palavra “preferencialmente” é considerada um entrave para a inclusão, pois abre espaço para que as crianças com deficiência permaneçam matriculadas em escolas especiais.

desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão. O objetivo é o de proteger e dar garantia de acesso aos direitos humanos por todas as pessoas com deficiência, promovendo assim o respeito à sua dignidade. Essa convenção, assinada por mais de 160 Estados foi rapidamente ratificada. Mas muitos ainda são os desafios para ter acesso total por parte dessas pessoas com deficiência. Entre eles, a eliminação dos vários tipos de barreiras existentes, como a discriminação em relação a estas pessoas.

A Convenção de Guatemala (1999) defende a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade. Define a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, ou em seus antecedentes, consequências ou percepções, que impeçam ou anulem o reconhecimento ou exercício, por parte das pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. Convenção ratificada pelo Brasil: Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001.

Portanto, ao se falar em educação inclusiva, é necessário falar também das barreiras e resistências encontradas no processo. Estamos diante de uma situação ainda considerada relativamente nova. Crianças que antes viviam numa realidade distante passaram a fazer parte da realidade da escola comum.

O Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE, 2007), entre outros documentos, fala a respeito da eliminação das barreiras encontradas para que se torne possível a inclusão. Nele encontramos alguns eixos importantes para serem observados e realizados, como a formação de professores para a educação especial. Franco (2015) afirma que a falta de conhecimento, preparo e formação dos profissionais da educação reforça a exclusão.

Alguns pontos importantes são apresentados no PDE (2007) que favorecem a inclusão: a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola de todos os favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada³ (BPC).

De acordo com Santiago e Santos (2015) o planejamento de estratégias também é necessário para que aconteça o processo de inclusão. Relatam que a identificação e a superação de barreiras à participação e à aprendizagem dos alunos são o primeiro desafio. Para isso, a avaliação das condições e reflexão dos valores, concepções e práticas docentes são pontos iniciais em qualquer

³ Benefício de Prestação Continuada é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade.

processo de mudança. Concluem dizendo que o foco é deslocar o olhar da deficiência para as potencialidades dos alunos.

Outro ponto igualmente importante, que é citado por Santiago e Santos (2015) é sobre a superação das barreiras relativas à homogeneização curricular. Ao considerar os tempos e ritmos individuais e apresentar uma expectativa positiva em relação aos alunos.

Para que a escola seja espaço onde se concretize a inclusão é preciso discutir alguns aspectos importantes como: as condições do professor, sua formação inicial e continuada; a construção do Plano Político Pedagógico (PPP) com a participação de toda a comunidade escolar, além de questões relacionadas ao transporte, alimentação, infraestrutura escolar; a falta de capacitação e resistência de professores; a falta de recursos financeiros por parte do governo e a ausência de estruturas e materiais.

O funcionamento dos órgãos públicos é necessário para se fazer cumprir os direitos das pessoas com deficiência. É preciso que haja a sistematização das políticas públicas, visando isso o Ministério Público de Minas Gerais já deu andamento na criação de um setor de apoio pedagógico para assessorar os municípios de Minas Gerais nas questões relacionadas à educação inclusiva.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) sempre serviu de inspiração para o combate às barreiras que impedem o acesso das pessoas com deficiência. Sasaki (2009), em seu livro, analisou e sugeriu medidas que viabilizam a acessibilidade para pessoas com deficiência. Ele descreve seis dimensões às quais são necessárias analisar para acabar com as barreiras existentes. São elas: dimensão arquitetônica (sem barreiras físicas), dimensão comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), dimensão metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, etc.), dimensão instrumental (sem barreiras instrumentais, ferramentas, utensílios, etc.), dimensão programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, etc.) e dimensão atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), no capítulo IV diz:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Esta lei considera pessoa com deficiência aquela que tenha qualquer tipo de impedimento, físico, mental, intelectual ou sensorial, que impeça a sua participação plena e efetiva na sociedade colocando-a em igualdade de condições com as demais pessoas. Para a aplicação desta lei consideram-se algumas questões, como a acessibilidade a espaços, mobília, equipamentos, transportes, etc.; tecnologia assistiva visando autonomia e independência, qualidade de vida e

inclusão social; profissional de apoio escolar que a auxilie na alimentação, higiene e locomoção; entre outros.

Um dos apoios criados para defender a inclusão de todos, está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na educação básica. De acordo com Santiago e Santos (2015), o serviço do AEE tem como objetivo, entre outros, prover condições de acesso, participação e aprendizagem. Com esse objetivo, há uma série de ações que auxiliam o professor na tomada de decisões e numa prática que seja mais favorável à situação de cada aluno. Segundo eles, uma ação importante é a elaboração de um planejamento que possa ampliar as possibilidades de aprendizagem e de participação do aluno na escola.

Como podemos perceber, ações e leis apontam dois aspectos que tem promovido a inclusão: o reconhecimento de que a educação é direito de todos e a importância da diversidade como essencial à transformação das escolas.

Sánchez (2005) diz que na perspectiva da Educação Inclusiva, deve-se considerar a diversidade de todos os alunos e estruturar o serviço educacional em função de atender a necessidade de todos eles.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológica ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). (SÁNCHEZ, 2005, p.11)

2.3 Integração e Inclusão

O movimento sobre a inclusão aparece no final de 1980 por parte das pessoas que não estavam satisfeitas com a trajetória da integração. Sánchez (2005) afirma que as ações desse grupo de pessoas aconteceram num contexto de debates internacionais dos movimentos de defesa dos direitos humanos. Questionava-se a respeito do tratamento que as pessoas com deficiência recebiam nas escolas. As dificuldades que apareciam eram consideradas responsabilidade do aluno, não da organização das escolas e as formas de ensinar. As pessoas envolvidas com o movimento, preocupadas com questões como estas e comprometidas com uma educação ao alcance de todos, passaram defender a inclusão.

Segundo Mantoan (2003), se o objetivo é que a escola se torne inclusiva, é urgente que se redefina e se redirecione para uma educação plena, livre de preconceitos, onde as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas. Segundo ela o que geralmente acontece é a integração escolar, não a inclusão. Pela integração escolar o aluno tem acesso às escolas. Ele é inserido nas salas de aula, mas

desde que aptos a inserção. Eles é que se adaptam as exigências de cada instituição escolar. Enquanto que, pela inclusão, as necessidades de todos os alunos são levadas em conta e a escola é reestruturada em função dessas, sem discriminação, inserindo-os de forma radical, completa e sistemática.

Mantoan (2003) afirma que os dois vocábulos ‘integração’ e ‘inclusão’, embora tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. Desse modo, pela perspectiva da inclusão todos os alunos são contemplados, tenham ou não alguma deficiência. Trata-se de respeitar as diferenças e abolir a segregação.

Muitos estudiosos dizem que as escolas ainda seguem uma tendência à integração, como Lourenço (2010). Segundo ela, enquanto a prática da integração considera as deficiências como problemas das pessoas, a prática da inclusão considera as deficiências como problema social e promove a transformação da sociedade e instituições para acolher essas pessoas. Sasaki (2005), também fala sobre o assunto. Ele diz que enquanto processos sociais, tanto a integração quanto a inclusão são muito importantes. O que se deseja é construir uma sociedade inclusiva. Estamos vivendo um momento de transição entre a integração e a inclusão, por isso é compreensível que vejamos acontecer ainda os dois processos. Por esse mesmo motivo acaba sendo inevitável que os dois termos sejam usados com diversos sentidos por diferentes pessoas. De acordo com ele, a ideia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas pessoas com deficiência por vários séculos. Estas pessoas eram excluídas porque eram consideradas inválidas para participar de qualquer atividade social. Enquanto algumas sociedades se encarregavam de simplesmente eliminar estas pessoas, outras adotaram a prática de interná-las em instituições que apenas ofereciam abrigo, alimentação e medicação. Já que a sociedade não aceitava receber estas pessoas estas instituições foram se especializando em atender pessoas por tipo de deficiência. Década de 1960 o movimento de integração social começou a inserir estas pessoas nos sistemas sociais.

A integração social passou por alguns processos. Normalização foi um deles. Às pessoas com deficiência eram oferecidos modos e condições de vida, os mais semelhantes possíveis às formas e condições de vida do resto da sociedade. Ou seja, a ideia era criar um mundo separado, embora muito parecido com aquele em que vive qualquer outra pessoa. Em outro momento, o princípio de *Mainstreaming*⁴ foi desenvolvido na tentativa de integração. Ele consistia em colocar pessoas com deficiência em classes comuns para finalidades instrucionais de acordo com a

⁴*Mainstream* é um conceito que expressa uma tendência ou moda principal e dominante.

necessidade, ou seja, elas poderiam fazer parte de uma turma em determinado momento para aprender alguma matéria específica, mas eles não pertenciam de fato a nenhuma turma de alunos. Tratava-se de uma simples colocação física destas pessoas em classes comuns. Essa prática estava associada ao movimento de desinstitucionalização.

Portanto, para Sasaki (2005) estes dois processos foram importantes porque ajudaram na aquisição de conhecimentos e experiências de integração que serviram mais tarde para o surgimento do paradigma da inclusão e da equiparação de oportunidades. A prática da integração social teve maior impulso a partir da década de 1980 com o surgimento da luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Mas com o tempo percebeu-se que esta prática não era só insuficiente para acabar com a discriminação das pessoas com deficiência, mas também era muito pouco para gerar a verdadeira participação com igualdade de oportunidades. Simplesmente porque a integração social se resumia a um esforço em inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais do momento. Ou seja, é um esforço unilateral da pessoa com deficiência e daqueles que estavam na luta com ela para torná-la aceitável na sociedade

Sasaki (2005) aponta três formas em que a prática da integração social ocorria e ainda ocorre:

1. Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como os seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja da escola comum, da empresa comum, do clube comum etc.
2. Pela inserção daquelas pessoas com deficiência que necessitavam ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas não-deficientes.
3. Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum etc. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa. (SASSAKI, 2005, p.21)

Nenhuma destas formas de integração social exige da sociedade modificações e adaptações para receber as pessoas com deficiência, porém exige destas que tenham condições de se moldar para acompanhar a sociedade e que sejam capazes de lidar com as situações de discriminação e de contornar os obstáculos existentes para assim desempenhar um papel social com autonomia.

Inclusão social, segundo Sasaki (2005), é um processo bilateral pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir as pessoas com necessidades especiais e estas se preparam para poder assumir seu papel em toda e qualquer situação social. Existe uma parceria na qual as pessoas com deficiência e a sociedade, buscam juntas soluções efetivas para os problemas para que todos tenham a mesma oportunidade em qualquer situação. Ele ainda afirma que inclusão social é um processo de

transformação tanto dos ambientes físicos como da mentalidade das pessoas. Ela se baseia em alguns princípios até então considerados incomuns como a aceitação e valorização das diferenças individuais e na convivência na diversidade humana. A prática da inclusão já existe em várias partes do mundo e tiveram início da década de 1990 e a cada dia ganha novos adeptos.

O princípio da integração, de acordo com Diniz (2014), é o preparo do aluno para ser inserido nas escolas. Ele deve adaptar-se a ela e não há nenhuma perspectiva de que a escola irá mudar para acolhê-lo. Enquanto a inclusão requer a interação entre as necessidades individuais e as alterações dos sistemas escolares e sociais. Para ela, o princípio fundamental da educação inclusiva consiste em que todas as crianças devem aprender juntas. A inserção escolar das crianças com deficiência desde a educação infantil constitui numa possibilidade de que elas tenham uma trajetória educacional mais favorável, pois, elas passam a conhecer formas diferenciadas das suas de estar no mundo e de experimentar situações de aprendizagem mais ricas.

2.4 Inclusão na Educação Infantil

Também na Educação Infantil, o direito de acesso à escola foi conquistado. Como afirmam Monte e Santos (2004), apesar de ser ainda um direito social relativamente novo no Brasil, ele foi defendido desde a Constituição Federal de 1988: a criança, desde seu nascimento até os seis anos de idade, tem o direito de acesso à escola. A LDB (1996) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) colocam a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica e como objetivo, promover o desenvolvimento integral de todas as crianças, para que se desenvolvam em todos os aspectos: físico, psicológico, social, intelectual e cultural.

Quando se fala em desenvolvimento integral, fala-se da criança na sua totalidade, pois todos os aspectos envolvidos em seu desenvolvimento são igualmente importantes. Sendo assim, o seu desenvolvimento deve ser amplo, atingindo todos os aspectos, pois estão interligados.

No processo da inclusão, a criança deve ser vista por toda a sua dimensão humana, com possibilidades e desafios para serem vencidos. O foco não está nas dificuldades, limitações e deficiências. A professora ao respeitar e valorizar o que as diferencia umas das outras, estará ajudando a construir dentro de suas condições e potencialidades, o conhecimento e a aprendizagem. Além de estimular a valorização pelas diferenças pessoais.

Algumas professoras querem delegar às professoras da educação especial esta responsabilidade, como se estas crianças precisassem de um currículo diferenciado. Porém o que o atendimento especializado tem a oferecer a estas professoras é um atendimento complementar e suplementar que respeita o tempo e as necessidades de cada um. A aprendizagem acontece para

cada um de um jeito diferente, dentro de um tempo e um ritmo diversificado, que vai variar de acordo com a interação, participação, vivências e experiências de cada aluno numa mesma sala de aula.

Por isso os primeiros anos de vida de uma criança são extremamente importantes para seu desenvolvimento. Neste período as conexões cerebrais acontecem de maneira rápida, porém de acordo com os estímulos vindo do meio em que ela vive. Dessa forma, as interações sociais contribuem de maneira significativa para impulsionar a atividade cerebral. Experiências positivas contribuem para o desenvolvimento saudável.

Carvalho (2005) afirma que a proposta da educação inclusiva pressupõe o reconhecimento das diferenças individuais e a importância do trabalho na diversidade do alunado. Mas que outras manifestações de diversidade representam também valiosas contribuições para a melhoria das respostas educativas. De acordo com ela, a diversidade dos profissionais da equipe da educação infantil é bastante rica, formada por pessoas de diferentes etnias, níveis econômicos e formação profissional. Desse modo é possível experimentar a riqueza do convívio na diversidade, levando os alunos a conviverem, construtivamente, com as diferenças existentes entre os seres humanos.

Ela ainda afirma que a educação de qualidade é para todos, por toda a vida, e não está relacionada somente ao aluno com deficiência, como se vê na maioria dos discursos de educadores. Em sua opinião, é preciso esclarecer o equívoco de que a inclusão é apenas para pessoas em situação de deficiência:

Nossas escolas devem melhorar suas condições de funcionamento e suas práticas pedagógicas para todos, pois não apenas as pessoas em situação de deficiência têm sido excluídas do direito de aprender e participar [...]. (CARVALHO, 2005, p.30)

E complementa que o Projeto Pedagógico para a diversidade deve pensar a aprendizagem na dimensão individual, mas também coletiva. É importante saber que a Educação Inclusiva é construída por todos, é uma construção coletiva. Ela requer a mobilização de toda comunidade escolar. Pede uma reorganização que ressalte a formação humana, o respeito mútuo, as competências e aprendizagem, considerando as necessidades educacionais de todos os educandos. Requer também a capacitação continuada dos professores e dirigentes da escola para que se efetive uma prática pedagógica que saiba lidar com níveis de desenvolvimento e processos de aprendizagem diferenciados.

Numa proposta inclusiva para a Educação Infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, Brasil, 1998) apresenta os mesmos objetivos para todas as crianças, independente de terem ou não deficiência. Cabendo à professora, fazer ajustes e modificações que propiciem o avanço no processo de aprendizagem de cada aluno. Entre os objetivos listados, alguns

merecem destaque por contribuírem de maneira significativa para a Educação Inclusiva: desenvolver uma imagem positiva de si mesmo, atuando de maneira independente e confiante em suas capacidades, percebendo suas limitações; estabelecer vínculos afetivos e de troca entre adultos e crianças, para possibilitar a comunicação e a interação social; ampliar cada vez mais as relações sociais aprendendo aos poucos expor seus interesses e pontos de vista com os outros, aprendendo a respeitar a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e de colaboração.

A escola como espaço inclusivo enfrenta muitos desafios e conflitos, mas que servem de impulso para novas formas de interação e relacionamentos que se constituem em novos conhecimentos o que beneficia todas as crianças e adultos do espaço escolar.

Na escola de educação infantil onde atuo como professora, às vezes o discurso em defesa da inclusão está presente, mas ainda falta muito para que ele se torne ação. Pensando nesta situação real vivenciada no meio escolar, planejei uma intervenção que pudesse atingir o maior número de pessoas de toda a comunidade escolar com ações direcionadas às professoras, aos alunos e seus familiares. Grande parte das ações aqui propostas foram estudadas nos textos de Mantoan (2003), Lourenço (2010), Inclusão - Revista de Educação Especial (2005), Projeto Escola Viva (2000), Minas Gerais (2006) e Monte e Santos (2004).

3 ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Percebo que nos últimos anos, muitos defendem a inclusão de pessoas com deficiência, principalmente no seu direito de educação. Mesmo assim vemos ações de discriminação de pessoas por se apresentarem diferente das demais, seja por terem alguma deficiência, ou simplesmente por terem dificuldades de aprendizagem e apresentarem necessidades especiais. Diante dessa situação, faz-se necessário estudarmos mais a respeito da inclusão para fazê-la acontecer em nossas escolas.

Ferreira (2005), afirma que a Educação Inclusiva defende que todas as crianças são especiais. Portanto, todas merecem tudo de melhor. Não só a nossa atenção e cuidado, mas também o ensino e a aprendizagem. Ela se refere a todas as crianças, com ou sem deficiência. Complementa dizendo que a escola além de aceitar a todas as crianças, deve combater as várias barreiras que existem e que as impedem de tornar efetivo o seu direito à educação.

O movimento da educação para todos trouxe para nós temas importantes para serem debatidos e traz um convite aos profissionais que trabalham no meio educacional: que sejamos comprometidos com a melhoria da escola e a valorização de cada um. A começar pelos professores, que são os que lidam diretamente com os alunos por meio de atividades que proporcionem o desenvolvimento integral da pessoa. Entre eles estão a importância de se investir na formação de professores, o respeito à diversidade, e as mudanças pelas quais a escola deve passar para responder as necessidades de todas as crianças.

A inclusão, necessariamente passa pela formação continuada dos professores para que cada vez mais eles usem estratégias de ensino diversificadas e mais dinâmicas para acompanharem as crianças de nosso tempo, defende Ferreira(2005). Segundo ela, dessa forma serão reconhecidas tanto as suas experiências de vida e riqueza pessoal, quanto as suas necessidades e carências.

Passo a relatar a seguir, o conjunto de ações por mim propostas, como foram executadas e a análise realizada após a ação.

3.1 Plano de Ação

Planejei minhas ações a partir das leituras e aprendizagens no curso do LASEB, das observações que fiz na escola de educação infantil onde atuo e conversa informal com as professoras no segundo semestre de 2018, no horário das atividades extraclases. A conversa me ajudou no planejamento das ações e me inspirou na produção de material que seria posteriormente usado nos momentos de troca de experiência.

3.1.1 Primeira ação

Na primeira ação, fiz um levantamento das demandas a partir de conversa informal com as professoras e com a direção da escola

Assim que percebi qual seria o foco do meu plano de ação, conversei informalmente com algumas das professoras, em especial com aquelas que tinham em 2018, alunos com deficiência. Fiz um apanhado a respeito do que elas pensavam sobre a inclusão das crianças com deficiência na escola, sobre se sentirem preparadas ou não para tal e como lidam com essas crianças no dia a dia. Estas conversas foram realizadas em diferentes dias letivos do segundo semestre de 2018, no horário das atividades extraclasse e me inspiraram no planejamento das ações.

Procurei saber quais as professoras tinham alunos com deficiência no turno da manhã em 2018. Conversei com 8, de um total de 10 professoras do turno da manhã e com a direção da escola. Elas falaram um pouco da experiência que tinham com alunos com deficiência, suas práticas em sala de aula, dificuldades encontradas para desenvolver seus trabalhos. Perguntei o que elas pensavam a respeito da inclusão e se percebiam que a cada ano vem aumentando o número de pessoas com deficiência.

A maioria das professoras relatou sobre as dificuldades que têm com os alunos com deficiência. Alegaram que geralmente ficam sem saber o que fazer com estas crianças. Pontuaram que não estão preparadas para ensinar alunos com deficiência e que estão muito preocupadas porque cada vez mais chegam alunos na escola. Relataram que quando as crianças não conseguem participar ou acompanhar a atividade planejada, elas ficam brincando num canto à parte ou então saem da sala com as auxiliares. Consideram que o fato das crianças estarem na escola já é inclusão.

As professoras pontuaram algumas questões: a necessidade em obter mais informação sobre as doenças e características das pessoas com deficiência antes de receberem os alunos; que é preciso que a família aceite e compreenda que sua criança tem uma deficiência, que busque se informar sobre ela e conhecer seu próprio filho; a importância de a família relatar a orientação dada pelos médicos; disseram ser indispensável à ajuda da gestão e da prefeitura promovendo encontros de formação na própria escola; ressaltaram a importância da formação ser dirigida por alguém que tenha conhecimento e experiência na área. Algumas falaram que o ideal seria termos orientação por parte da secretaria de educação, bem como uma rede de apoio formada por especialistas como psicólogos, terapeutas, fonoaudiólogos, etc., que todas pudessem contar com a parceria da família no processo escolar de seus filhos.

Analisando esta primeira ação, constatei que muitas pessoas se sentem inseguras e despreparadas para lidar com a inclusão das crianças com deficiência na escola. O medo de não

conseguirem lidar com o aumento do número de alunos com deficiência na escola acaba por colocá-las numa posição contrária à inclusão. Algumas profissionais da educação falam da necessidade de formação, mas quando é apresentada a elas a possibilidade de fazer um curso na área, elas optam por não participar.

Verifiquei que o jeito de lidar com as situações de dificuldades referentes à inclusão das pessoas com deficiência muitas vezes contribui para a redução da exclusão escolar. Antes a exclusão era da escola, hoje a exclusão é na escola. Uma vez tomada a decisão da perspectiva da educação inclusiva a escola deve levar em conta que incluir significa fazer parte. Rever as práticas, modificar o currículo para que se atenda a diversidade dos alunos e garantir uma educação de qualidade, faz parte da escola que é inclusiva.

Algumas falas, como o pedido por médicos e especialistas nas escolas ainda é reflexo do modelo médico de deficiência que foi enraizado ao longo da história. Muitas vezes o que predomina é o olhar para a deficiência e as limitações oriundas dela.

O sentimento de impotência e incapacidade demonstrada quando dizem que não estão preparadas, parece refletir a formação que tiveram. A ausência de uma capacitação que forneça instrumentos para que possam atender às necessidades específicas dos alunos contribui para que falem sobre o despreparo. Porém, é sabido que várias professoras são sensíveis às condições dos alunos com deficiência e buscam mudar sua prática, vencendo as barreiras que encontram pelo caminho. Existem alunos sem deficiência, que apresentam um grau alto de dificuldade em desenvolver certas habilidades, cujas professoras utilizam de várias estratégias para alcançá-los e eles respondem positivamente. É sabido que as crianças são aprendizes ativos, tenham ou não deficiência. Percebo isso nas professoras que promovem condições para que o aluno faça uso das habilidades que ele tem mais desenvolvidas, ou seja, de suas potencialidades. Professoras que buscam diferentes recursos para que ele se desenvolva a partir das situações que lhe são motivadoras. É positivo quando uma professora desloca o olhar da deficiência para as potencialidades dos alunos. Esse tipo de atitude faz parte da nossa profissão.

3.1.2 Segunda ação

Na segunda ação foi feita uma exposição sobre o tema inclusão, por Alexa Fabrino Taves, membro da equipe de apoio à inclusão da regional Venda Nova no ano de 2018.

Esse encontro com a Alexia seria em novembro de 2018, porém um incidente fez com que o encontro fosse adiado. Ele foi então remarcado e aconteceu no dia 01/02/2019, e contou com a presença de todas as professoras da escola dos turnos da manhã e da tarde. Teve como objetivo

levar à reflexão sobre “A Inclusão Social na Educação Infantil” e também motivar e inspirar a equipe a adotar o tema inclusão como projeto institucional.

Alexa fez uma palestra tendo como suporte o *PowerPoint* com imagens e textos que mostraram o caminho percorrido pela inclusão social das pessoas com deficiência. Apresentou um vídeo para sensibilizar as professoras: “Dê uma ajudinha a si mesmo” e abriu espaço para perguntas e comentários. Entre os comentários feitos por algumas, me chamou a atenção a confusão no uso dos conceitos inclusão e integração, a presença de expressões “aluno de inclusão”, “deficiente”, “incapaz”, e certo desconforto ao falar sobre inclusão.

Após este momento de conversa com a palestrante, apresentei a sugestão para a escolha do projeto institucional. Falei que o objetivo era o de promover a inclusão na nossa escola, em especial a inclusão das pessoas com deficiência. Fizeram-me algumas perguntas, como por exemplo: “Mas quando você fala em inclusão é de todos os alunos, né? Negros, por exemplo, ou só das crianças com deficiência?” Eu fiz o seguinte comentário “Quando falamos em inclusão, falamos de todos, mas gostaria que déssemos ênfase àqueles que têm deficiência para que também estes sejam tratados como pessoa, como nosso aluno”.

3.1.3 Terceira ação

No início de cada ano letivo, a gestão reúne com as professoras para a escolha de um tema que será desenvolvido nas atividades com os alunos ao longo do ano. No início desse ano, foi feita a votação para o tema do projeto institucional da EMEI Itamarati 2019. Dentre outros temas sugeridos por diversas professoras, apresentei minha proposta. Iniciei minha fala nesse encontro expondo sobre a minha trajetória pessoal como professora e como estudante do LASEB. Mencionei a respeito da oportunidade que tive ao me inscrever na pós-graduação na área da educação inclusiva e como as aulas me sensibilizaram ainda mais pela causa. Comentei sobre as reflexões que surgiram a partir da troca de experiências entre as colegas de turma e as nossas professoras, além das informações e conhecimentos que norteiam nossa prática. Falei que o curso pede que façamos um plano de ação para ser aplicado na escola e o meu plano incluía toda a comunidade escolar. Comentei sobre o aumento do número de alunos com deficiência na escola. Ressaltei a importância em buscar melhorar a prática de sala de aula, considerando a diversidade de alunos e o direito de cada um estar na escola, participar, aprender e conviver com os demais.

Durante a exposição da minha proposta, falei que entendo o fato de que muitas vezes nos sentimos despreparadas para cuidar e ensinar as crianças com deficiência. Comentei que às vezes acreditamos ser difícil ou até mesmo impossível a inclusão das crianças com deficiência diante das

dificuldades, mas que também outras crianças nos apresentam desafios e buscamos diferentes estratégias para superá-los, ajudando nossos alunos a se desenvolverem. Por último recordei um fato que aconteceu na última mostra cultural da escola. O tema da mostra era arte. Uma das professoras desenvolveu seu projeto sobre a arte rupestre. Ela fez um cenário na parede com um enorme dinossauro em alto relevo, feito com papel, proporcionando a mãe de um aluno, que é cega, o prazer de participar da exposição e compreender por meio do tato o trabalho desenvolvido com os alunos. Esse fato foi realmente muito importante para o aluno e sua mãe. A participação da mãe e comentários seguintes a este acontecido me tocou profundamente e me levou a pensar que nós ainda não havíamos atentado para este tipo de trabalho inclusivo.

Além de todas estas questões, quis incentivá-las dizendo que tenho aprendido por meio do curso de pós-graduação que é possível ensinar as crianças com deficiência utilizando as diversas estratégias e ferramentas que usamos na educação infantil. Sendo necessário fazer somente algumas adaptações e buscar mais informações para ajudar no processo. Portanto é possível sim promover a inclusão na EMEI, mas ninguém faz inclusão sozinha. Terminei pedindo o apoio neste projeto.

Foram dadas outras sugestões para o projeto institucional, entre elas os seguintes temas: “valores”, “diversidade”, “curiosos por natureza”. Fizemos a votação, e o tema inclusão foi aprovado com dois votos a mais que o segundo tema: curiosos por natureza.

A partir da escolha do tema, cada professora ficou encarregada de construir e desenvolver o projeto com a turma. O planejamento das professoras incluía atividades em sala, histórias, brincadeiras, jogos, músicas, atividades, registros, entre outros, painéis nos corredores e no hall de entrada. A cada 15 dias acontecia uma apresentação de uma das turmas da escola no formato de teatro, história, música e/ou dança para toda a escola assistir. Em setembro de 2019, como culminância do projeto institucional, cada turma expôs o trabalho realizado ao longo do ano. Algumas fotos tiradas no dia da Mostra Cultural se encontram no Apêndice H. Soube que as professoras que apresentaram mais dificuldades em aderir ao tema na época da votação, refizeram algumas vezes o projeto da turma porque o que tinham feito não abordava o tema. A direção se encarregou de providenciar vários livros para servir de apoio e auxiliá-las na construção do plano. Entre eles: “Cada um no seu lugar”, “Bem me quero, bem me querem”, “De todas as cores”, “Coração de galinha”, “Voe, Mitzi, voe”, “A ovelha rosa da dona Rosa”, etc. A direção e coordenação promoveram algumas reuniões falando da importância do projeto. Em alguns momentos foram feitos questionamentos a respeito do resultado da votação. Essa situação se arrastou por alguns meses no primeiro semestre, mas com o tempo, elas aderiram e mudaram de atitude. Foi possível perceber o esforço nas atividades expostas na Mostra Cultural em setembro de

2019. O mais importante para mim, foi deixar de ver crianças isoladas pela escola. As crianças com deficiência ganharam mais espaço e passaram a ser mais incluídas e respeitadas.

As professoras que desde o início apoiaram o tema do projeto institucional se empenharam diariamente. Buscaram diferentes formas de tratar do assunto com as crianças. Fizeram apresentação de danças com músicas que falavam de como, por exemplo: “Ninguém é igual a ninguém”, “De toda cor”, “Normal é ser diferente”, “Você não é igual a mim, eu não sou igual a você”, etc. Lindos painéis feitos pelos alunos a partir de livros infantis como: “De todas as cores”, “A Ovelha da Dona Rosa”, que abrangem assuntos como: o valor da diversidade, o respeito pelas diferenças, diferenças raciais e culturais, a importância da amizade, da solidariedade, entre outros.

A exposição dos trabalhos na Mostra Cultural demonstrou o envolvimento de cada professora e a participação dos alunos o que fez com que valesse à pena cada dificuldade que encontrei. A comunidade ficou admirada e também sensibilizada ao ver os trabalhos expostos e demonstrou por meio de comentários e elogios durante o evento “estamos encantados com o trabalho desenvolvido na escola este ano”, “meu filho disse que não podia faltar de jeito nenhum porque era muito importante ver os trabalhos”, “minha filha amou a mascote e aprendeu muito sobre o respeito”. Os visitantes se mostraram interessados pelas atividades realizadas, apreciaram painéis, assistiram a vídeos e apresentações das turmas. Além dos belos trabalhos dos alunos pudemos contar com a participação do grupo “Superar” que fez uma bonita demonstração de superação. Jovens com paralisia cerebral fizeram apresentação de patinação artística e de uma rodada de jogo “tal” em cadeiras de rodas. Mostraram que é possível aprender desde que sejam estimulados e tenham alguém disposto a ensiná-los.

3.1.4 Quarta ação

Na quarta ação realizei três dias de encontros com as professoras do turno da manhã e do turno da tarde, um dia em cada mês, em sete horários diferentes ao longo de cada dia, aproveitando o horário extraclasse de cada uma. Escolhi diferentes estratégias e materiais para estimular a conversa: apresentações em slides, vídeos, músicas e dinâmicas⁵. Tive como objetivo promover uma reflexão sobre nossa prática pedagógica e a partir desta despertar nas professoras o desejo por atitudes e práticas inclusivas no dia a dia da escola, principalmente com as crianças com deficiência.

⁵ O material se encontra no apêndice deste trabalho.

Iniciei todos os encontros falando para as professoras que eu estava ali para um bate papo e troca de experiência. Em cada encontro um tema específico foi abordado. No primeiro encontro o enfoque foi sensibilizar as professoras a respeito da educação inclusiva. No segundo encontro o objetivo foi diferenciar os termos inclusão e integração na educação inclusiva. No terceiro encontro, apresentar estratégias para a promoção da inclusão escolar. No final deste último encontro, apresentei um questionário para as professoras avaliarem os encontros.

Para minha organização fiz o seguinte modelo de esquema que foi usado em todos os encontros:

Esquema para o encontro com as professoras

Tema:

Data:

Horário:

Participantes:

Tempo:

Dinâmica:

Objetivo:

Material:

3.1.4.1 Primeiro encontro

O primeiro encontro teve como tema a Educação Inclusiva. Ele foi realizado dia 02/05/2019 ao longo dos dois turnos, manhã e tarde, com um grupo diferente de professoras a cada hora. Conteí também com a presença da direção e vice-direção, da coordenação, secretárias e auxiliares da educação infantil. Tive como objetivo sensibilizar as professoras a respeito da Educação Inclusiva.

Após apresentação inicial, assistimos ao vídeo “Por que Heloísa?”⁶.O curta-metragem em animação baseado no livro de mesmo título, conta a história de uma menina que nasceu com paralisia cerebral e os desafios que ela encontra para viver num mundo cheio de barreiras. Este vídeo é fruto de um convênio entre a TV Cultura e a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e tem por objetivo ensinar as crianças o conceito de inclusão.

⁶ O vídeo “Por que Heloísa?” é um curta metragem produzido pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. Ele pode ser assistido no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=f5vNAwmgZU4>

Em seguida abri espaço para o bate papo sobre o desenho, tendo como norte as seguintes perguntas: Que história o vídeo nos apresentou? O que mais chamou a sua atenção? Heloísa era igual ou diferente das demais crianças? O que vocês notaram nas situações vivenciadas por ela? Como foi a acolhida da Heloísa por parte das crianças e da professora? Ela encontrou alguma dificuldade nos ambientes por onde ela passou? Heloísa encontrou quais tipos de desafio?

Após o bate papo, passei o vídeo com a imagem de alunos dos dois turnos da escola, participando de várias atividades em diferentes ambientes. Propus pensarmos sobre como vem sendo a inclusão de nossas crianças. Lancei as seguintes perguntas para refletirem: Podemos dizer que as crianças com deficiência que fazem parte da nossa escola estão sendo incluídas? Vocês acham que alguma coisa poderia ser diferente para que as crianças sentissem ainda mais incluídas na EMEI Itamarati?

Encerrei agradecendo e anunciei o tema do próximo encontro – inclusão e integração. Como mensagem final, levei um vaso de planta e pedi para observarem. Esta planta tem uns brotinhos minúsculos no contorno de suas folhas. Mostrei como caem facilmente. Expliquei que o fato deles caírem garante o nascimento de outras plantas como aquela. Perguntei: Vocês topam ser como esta planta e fazer o possível para que nossos alunos sejam como estes brotinhos a espalhar atitudes inclusivas por onde passarem?

Ao analisar o encontro com as professoras, percebo que foi um sucesso. Conteí com o auxílio da coordenação geral o tempo todo que se dispôs a ficar por conta de ligar e ministrar a aparelhagem: TV, PC e som e de registrar a conversa com as professoras. De um total de 40 pessoas, a maioria participou efetivamente. No turno da manhã três professoras se atrasaram, chegando ao final do vídeo e destas, duas não se pronunciaram durante o bate-papo; uma professora da tarde não quis participar. As demais professoras participaram do bate-papo e em suas colocações elogiaram o vídeo “Por que Heloísa” alegando que ele deixa clara a proposta da inclusão. Elas assistiram aos dois vídeos com bastante interesse e atenção e falaram sobre alguns aspectos que relato a seguir.

Pude observar os seguintes aspectos nas falas das professoras com relação à importância da inclusão e sobre como ajudar o aluno que com deficiência a se sentir parte do grupo de alunos: Professora A: “Temos que estimular a criança com deficiência a fazer do jeito dela, participando das mesmas atividades dos colegas”. Professora B: “Quando tenho dúvidas, procuro ler algo, fuçar a internet para descobrir o que posso fazer para ajudar a criança a participar”. Professora C: “Utilizo a estratégia de bater palmas todas as vezes que um colega que antes tinha dificuldades avança superando os obstáculos”. Professora D: “Precisamos enxergar as potencialidades das crianças e incentivá-las”.

Com relação a estarem abertas ao princípio da inclusão, constatei que algumas professoras apresentam certa resistência, mesmo tendo ciência da legislação. Custódio (2018) diz que há uma distância entre as leis que amparam a inclusão e a prática real nas escolas. Professora A: “Tem crianças que não vão aprender nada, mas temos que fazer a nossa parte”. Professora B: “[...] aceitar as crianças com deficiência na escola e fazer o que for possível”. Franco (2019) trata da falta de conhecimento por parte da maioria das professoras, o que reforça a exclusão. Professora C: “Sem auxiliar é muito difícil, porque estas crianças são agitadas. Nós não estamos preparadas para trabalhar com crianças com deficiência. Sentimos medo e insegurança”. Professora D: “Sabemos que todas as crianças têm alguma dificuldade e precisam ser incluídas, mas é difícil”. Porém, em relação a esse aspecto, é possível ver abertura por parte de outras: “Temos que aprender com as crianças, elas brincam, brigam, batem, tomam brinquedo e depois voltam a brincar juntas, isso acontece com todas elas, do mesmo jeito”. Professora E: “Devo contribuir da melhor forma para que minha aluna com deficiência participe das atividades propostas, assim como os outros”.

Durante as falas, percebi que muitas vezes os conceitos: inclusão/integração são usados como sinônimos. Mantoan (2003) afirmou que os dois conceitos têm significados semelhantes, mas que são usados para situações diferentes. Sasaki (2005) alegou que os dois termos são usados com diversos sentidos, confirmando o desconhecimento do significado do conceito. Professora A: “A criança com deficiência tem dificuldades para se adaptar com os outros também. Tem dificuldade de integração ao meio onde está inserido”. Professora B: “Se elas não conseguem acompanhar a turma ou não querem participar da atividade em que eles estão fazendo, não vejo problema entregar a elas uma coisa de que gostam para brincar no canto da sala, elas já estão incluídas na escola”. Mantoan (2005) afirma “[...] valorizamos os alunos que correspondem a um modelo idealizado artificialmente e desconsideramos e excluimos os que não conseguem corresponder a ele”. Com relação a este aspecto, percebi que tem professoras que possuem atitudes inclusivas, como a fala da professora C: “Não queremos ser notados pela diferença, mas sim pelo que temos de belo. Ver o belo em cada criança é incluir a todos independente de suas diferenças”.

Observei também que muitas demonstraram fortemente a influência do modelo médico de inclusão em suas falas, conforme Sánchez (2005) e Franco (2019) explicam a respeito. Fala A: “Às vezes colocamos a deficiência antes da pessoa. Como mostra o vídeo “Por que Heloísa?”, o que primeiro chamou a atenção é a paralisia de Heloísa, depois veio o conhecimento de suas características. Acontece”. Fala B: “Percebi que logo no início do desenho o colega diz: ‘coitadinha’ e que os adultos também dizem. Às vezes não é por mal e é difícil dizer para os alunos não reagirem assim porque até nós falamos”. Nas falas seguintes é possível perceber como está enraizado na sociedade o modelo médico de inclusão. O desejo que o atendimento médico venha

para o espaço da escola, cujo trabalho na verdade é pedagógico. Fala C: “Eu tenho um primo com síndrome de Down. A política acabou com a escola especial. Lá era bom por causa do atendimento com os especialistas”. Fala D: “Na escola especial estas crianças tinham atendimento especializado, eram marginalizadas, mas tinham. Hoje estas crianças estão na escola regular, estão incluídas, mas sem acesso aos atendimentos especializados”.

Sobre o vídeo com a imagem dos nossos alunos, as professoras ficaram encantadas ao ver nas imagens seus alunos participando das atividades. Algumas comentaram o fato de algumas crianças ficarem separados dos colegas. Disseram que não se atentaram para a situação e se atentaram para a necessidade de buscar novas estratégias para envolver a todos os alunos. Algumas quiseram justificar o fato, mas percebi certo desconforto com a situação.

No momento final, comentaram do interesse em saber mais a respeito da educação inclusiva e querem participar de outros momentos que tratam do assunto, como nos encontros realizados na “Escola de Pais”⁷. Algumas falaram da necessidade de encontros mais práticos com sugestões de atividades para realizar com as crianças (este foi o tema do encontro seguinte). O tempo foi curto, as pessoas participaram bastante, porém cumpriu a função proposta. Ao final do encontro em alguns horários, com o envolvimento intenso das professoras, tive que encerrar o assunto para evitar o atraso delas para a sala de aula e não conflitar com a chegada do grupo de professoras do horário seguinte. Ao saírem da sala a maioria agradeceu e elogiou a possibilidade do encontro e a metodologia usada. Encerrei deixando o convite para o próximo encontro.

3.1.4.2*Segundo encontro*

O segundo encontro teve como tema a Inclusão e a Integração. Ele foi realizado dia 16/05/2019 ao longo de todo o dia, com um grupo diferente de professoras a cada hora. Conteí também com a presença da direção e vice-direção, da coordenação, secretárias e auxiliares da educação infantil. Tive como objetivo diferenciar os termos integração e inclusão, usados na educação inclusiva.

Propus para este encontro uma dinâmica seguida de reflexão sobre a experiência vivenciada. Criei e apresentei slides, que podem ser vistos no Apêndice A, contendo características de escolas com tendência à inclusão e de escolas que tendem à integração, tendo como último slide uma imagem que ilustra os conceitos discutidos no encontro: exclusão, segregação, integração e inclusão.

⁷ Escola de Pais: encontro realizado na escola com pais e professoras com temas pertinentes ao momento. Tratarei desse assunto no relato do próximo plano de ação.

Após apresentação da proposta do encontro, expliquei a dinâmica “Um estranho no ninho”⁸. Como algumas pessoas costumam se atrasar um pouco para chegar ao encontro, a pessoa que chegou por último ficou no papel do “estranho”. Quando ela entrou na sala, o grupo já estava em roda e imediatamente quando ela tentou entrar na roda, as demais executaram o combinado de impedirem a sua entrada.

Assim que terminamos a dinâmica iniciei a conversa perguntando para a professora que ficou de fora como foi participar da brincadeira. Se ela conseguiu compreender o funcionamento do grupo. O que ela sentiu ao tentar várias estratégias e não conseguir participar da roda. Em seguida perguntei às outras professoras como foi estar neste grupo fechado impedindo a entrada da outra colega.

No primeiro grupo, a participante que fez o papel do “estranho”, ficando de fora do círculo, disse que quando entrou na sala e viu as colegas em círculo, se sentiu mal por ter sido a última pessoa a chegar, se sentiu excluída. Ela não sabia o que fazer para entrar no círculo. Depois de um tempo esperando que as colegas abrissem espaço para ela, desistiu de esperar e fez cócegas numa colega com o intuito de impedi-las de manter o círculo fechado. Assim foi como conseguiu entrar no grupo. As demais participantes que estavam formando o círculo, a princípio acharam legal e engraçado, mas com o tempo elas começaram a ficar incomodadas. Quando a colega começou a fazer cócegas em uma delas, o círculo se abriu. Uma pessoa pontuou: “É preciso que alguém se sintam tão incomodada a ponto de dar abertura para que a colega entre”. Enquanto outra afirmou que estava o tempo todo preocupada, com medo da colega entrar no círculo. Por isso ficou o tempo todo pensando em como impedi-la de entrar na roda.

Terminado os comentários, apresentei os slides sobre integração e inclusão, deixando a tela o desenho que ilustra a integração e a inclusão. Fiz a seguinte pergunta: “Que relação tem a dinâmica que vocês participaram com esta imagem?” O grupo comparou a dinâmica com a imagem⁹. Disseram que tínhamos representado duas daquelas imagens: a da exclusão e a da integração.

No segundo grupo, quem ficou de fora do círculo relatou que quando entrou na sala e viu as colegas em círculo achou muito ruim. Ela percebeu que as outras estavam conversando e que ninguém estava dando atenção a ela, ficando com uma sensação muito ruim por estar de fora do grupo. A fez lembrar-se de quando era adolescente e queria fazer parte de um grupo de

⁸Dinâmica: “Um estranho no ninho”. Nesta dinâmica, uma pessoa fica de fora do grupo do lado de fora da sala. Enquanto isso as outras pessoas formam um círculo e combinam entre elas de não deixarem a que está de fora entrar no círculo. A que está de fora vai tentar furar a barreira por uns minutos para fazer parte do grupo.

⁹A imagem 11 que se encontra no Apêndice 1, ilustra a exclusão, a segregação, a integração e a inclusão.

adolescentes, mas que os colegas não a deixavam entrar e fazer parte deste grupo. Na dinâmica ela forçou até que as outras abrissem espaço. O comentário dela foi: “Você ser incluído por ter forçado a entrada é muito ruim. Seria muito melhor ter sido convidada para fazer parte. É como acontece a inclusão hoje... as leis estão aí forçando esta entrada, mas a inclusão forçada é ruim”.

As demais participantes ficaram bastante concentradas na conversa, ignorando completamente a colega que estava de fora. Uma delas sensibilizada pela colega que ficou de fora, pediu para as outras abrirem espaço na roda e deixarem-na entrar. Mas o grupo não aceitou. Com o tempo elas afrouxaram um pouco e a colega rompeu a barreira e entrou. Quem ficou de fora do círculo no terceiro grupo disse: “É horrível querer fazer parte de um grupo e não deixarem entrar. Querer participar e te deixarem de fora. A sensação foi péssima porque ninguém permitiu. Quando as pessoas não querem que você participe de algo, não deixam mesmo. Eu tentei de todo jeito: ir pelo lado pessoal, emotivo e não consegui. Quando percebi que não tinha mais como tentar, que eu não iria conseguir, desisti”.

Sobre os slides: O grupo conseguiu assimilar a segregação às Escolas Especiais, Instituto São Rafael e outros. Sobre a integração relataram o que acontece ainda hoje. Segundo elas, pessoas com deficiência estão sendo forçadas a entrar nas escolas comuns, por isso ainda é um grupo separado. Alguém comentou este ser o direito destas pessoas, fazer parte do todo.

Uma das participantes que havia formado o círculo comentou angustiada que sentiu vontade de deixá-la entrar, mas como o grupo combinou de não deixá-la entrar na roda, fez como as outras, não abriu espaço para a colega. Ela não podia deixar de cumprir a regra. Completou: “Às vezes a gente segue regras sem refletir o que elas representam”. Sobre os slides e imagem apresentada falaram que ainda prevalece a integração, mas estamos caminhando para a inclusão. Uma falou “já é possível ver a inclusão das pessoas com deficiência em alguns lugares”.

No quarto grupo quem fez o papel do “estranho” disse: “É muito ruim, você fala, mas ninguém te ouve. No início não me deram brecha. Eu tentei entrar na roda e as pessoas fingiram que não estavam me ouvindo. Mas eu persisti e fiquei muito feliz ao conseguir. É preciso superar os desafios que encontramos para entrar no grupo”. As demais participantes ficaram incomodadas, mas não o suficiente para abrirem espaço para a colega entrar. Continuaram no lugar seguindo a regra. Uma das pessoas afirmou que virava o rosto para o outro lado só para não ter que olhar a colega tentando entrar. Outra disse que se sentiu muito mal por ajudar a manter o círculo fechado.

A respeito dos slides apresentados e a pergunta feita comentaram que antes era isso que acontecia, as pessoas com deficiência eram deixadas de fora, colocadas em Escolas Especiais e instituições de caridade. Mas agora algumas pessoas fazem de tudo para a inclusão. Apesar de ainda predominar a integração.

No quinto grupo, a pessoa que ficou de fora do círculo disse que não gostou de ficar de fora porque é muito ruim. Ele se sentiu triste e preocupada. As outras participantes relataram que se sentiram divididas em duas opiniões. Enquanto umas acharam divertido deixar uma colega de fora, inclusive riram bastante, outras se sentiram muito incomodadas dizendo que não era apropriado deixar a colega de fora porque a pessoa se sente rejeitada e isso muito ruim.

Sobre a pergunta e a imagem apresentada uma professora comentou ser costume das pessoas separar quem tem característica diferente. Outra afirmou que isso acontece nas escolas, inclusive na nossa. Deu exemplo de algumas crianças que ficam de fora das atividades que são propostas pela professora.

No sexto grupo, quem ficou de fora do círculo falou: “Me senti excluída. Queria muito entrar na roda e fazer parte do que elas estavam fazendo, mas eu não sabia como. Apenas sabia que se eu tentasse entrar à força não daria certo porque o grupo estava muito fechado. Então fiquei ao lado do grupo fazendo uma cara de coitada até conseguir convencê-las a me colocar para dentro”. De fato, uma das colegas pediu às outras para a deixarem entrar. As demais acataram a ideia porque disseram que só conseguiam pensar no que fariam caso tivessem ficado de fora.

Sobre a pergunta e os slides as professoras afirmaram que ficou claro o caminho trilhado pela inclusão até agora. Há muito tempo atrás, matavam as crianças que nasciam com alguma deficiência. Depois passaram a permitir que elas continuassem vivas, porém as escondiam em casa. Então começaram a surgir as Escolas Especiais para onde elas eram levadas, e que agora elas estão nas escolas regulares no meio das outras crianças. Comentaram também que a integração e a inclusão andam juntas.

No último grupo, quem ficou de fora do grupo disse: “Fiquei com medo de machucar as pessoas, por isso não usei de força, mas é muito ruim o sentimento de não pertencer ao grupo, não ser incluída”. Uma das pessoas que estava formando o círculo estava torcendo para terminar logo porque se sentia agoniada por ver a colega de fora. Outra comentou que se fosse ela a pessoa escolhida para ficar de fora, ela teria ido embora. Não iria participar.

Diante dos slides apresentados uma afirmou que quando a pessoa não se enquadra, ela é automaticamente colocada de lado, fica de fora mesmo. Era assim que acontecia antigamente: exclusão total. Outra completou dizendo que na integração a pessoa não se sente pertencente ao grupo, só está lá no mesmo lugar que as outras

Por último propus fazer uma reflexão sobre as crianças com deficiência na escola. Como é que é a tentativa destas crianças de entrar num grupo, seja a sala de aula, seja num grupo de crianças que são chamadas de normais. Se existem dificuldades ou não. Se elas poderiam pensar em estratégias para facilitar o processo de adaptação e participação das crianças com deficiência.

No modelo de integração, representado nesta dinâmica a pessoa chega, ela é estranha, e tenta entender quais são as normas, as regras do grupo e tenta fazer parte. O movimento para que ela faça parte do grupo é totalmente dela e o grupo vai colocando barreiras para que ela não consiga fazer parte deste grupo. Ela vai ser julgada pelas tentativas de fazer parte deste grupo. No modelo de inclusão, o grupo se modifica se prepara para acolher o outro, o estranho, as diferenças.

Terminei convidando a todas para o próximo encontro, cujo objetivo seria apresentar sugestões de estratégias que nos auxiliam na inclusão. Como mensagem final, apresentei um vídeo tendo como fundo a música “Se é pra amar”.

3.1.4.3*Terceiro encontro*

O terceiro encontro teve como tema estratégias para promover a inclusão. Ele foi realizado dia 04/07/2019 ao longo de todo o dia, com um grupo diferente de professoras a cada hora. Conteí também com a presença da direção e vice-direção, da coordenação, secretárias e auxiliares da educação infantil. Tive como objetivo apresentar estratégias que promovem a inclusão escolar.

Apresentação da proposta do encontro cujo objetivo é perceber que ao utilizar as estratégias de ensino da educação infantil, que já fazem parte do nosso dia a dia, podemos promover a inclusão de todos os alunos, sem ou com deficiência. Em seguida Passos do encontro: dinâmica do jornal¹⁰, reflexão a partir da dinâmica,

Realizei a dinâmica com 7 grupos diferentes de professoras, ao longo do dia. Após a dinâmica lancei algumas perguntas que serviram de base para a reflexão: o que foi combinado? Vocês dobraram o jornal? Eu disse aonde o jornal deveria ser dobrado? Por que tem gente que dobrou exatamente aonde tinha a marca? Por que teve gente que dobrou em outros lugares? Conversamos sobre a decisão de cada uma diante da ordem dada: dobrar o jornal e de como isso influenciou o resultado final.

Todas as participantes receberam o mesmo material, escutaram o mesmo comando e tiveram o mesmo tempo para a realização da tarefa. Isso levou a refletir que ainda que todas tenham tido a mesma oportunidade, o resultado depende da interpretação de cada uma, sua criatividade e

¹⁰Dinâmica “Dobrando o Jornal”: Cada uma das professoras recebe uma folha inteira de jornal. Explico que vou colocar uma música e ao som dela cada uma vai dançar em cima do jornal. Quando a música parar, elas vão escutar um comando meu e realizá-lo. O meu comando sempre será o mesmo: para dobrarem o jornal (cada uma dobrará o jornal como quiser). Algumas provavelmente dobrarão exatamente onde tem a marca do jornal. Outras dobrarão de maneira diferente. Principalmente depois de perceberem que terão que continuar a dançar em cima dele, mesmo depois de dobrado. Depois de repetir a ordem umas três ou quatro vezes, observarei se alguém ainda permanece no em cima do jornal e se tem alguém com parte dos pés fora do jornal.

empenho para a realização da tarefa. Cabendo a cada uma fazer o seu melhor com o que tem para alcançar o objetivo.

Alguns grupos dobraram totalmente o papel ficando com metade ou boa parte dos pés para fora. Questionei a cada uma delas o porquê de terem dobrado do jeito que dobraram. Algumas respostas: “Eu fui na marca porque era mais fácil”; “Achei que todo mundo ou pelo menos a maioria fosse seguir a marca”; “Você não disse como era para dobrar”; “Eu percebi que se continuasse dobrando ao meio eu não conseguiria permanecer em cima do jornal”; “Quando vi minha colega dobrando diferente, achei que devia fazer o mesmo”; “Se você disse que deveria ficar em cima do jornal, então meus pés tinham que caber nele”; “Dobrei tudo de uma vez para não ter que ficar pegando no jornal”; “Não vejo problema de ter seguido a marca, se daria certo”; etc.

Isso levou às seguintes reflexões: “A mudança requer nova atitude”; “A criatividade é algo importante”; “Copiar o que o colega fez e que está dando certo é uma boa”; “Fazer diferente às vezes é a solução dos problemas”; “Desde que a mesmice não atrapalhe a realização, não há mal nenhum em continuar fazendo o que já se faz”; “Não existe certo ou errado, cada um tem a liberdade de escolha em fazer as coisas darem certo”; “Ficar aflita só nos faz ficar perdida, sem saber o que fazer”; “Poder pedir ajuda é bom e às vezes muito necessário”.

Após a conversa, passei alguns slides que produzi e que podem ser vistos no Apêndice B, contendo alguns pontos importantes. Fiz um apanhado geral em materiais diversos que orientam questões como organização da sala, utilização de rotina, etc. Busquei estratégias que pudessem nos ajudar, mas descobri que não existe uma receita pronta, as estratégias e ferramentas que dominamos e utilizamos na Educação Infantil não só podem como devem ser usadas em favor da inclusão.

Ao ler os slides, deixei aberto para comentários, dúvidas e questionamentos. À medida que fomos lendo e conversando sobre os tópicos, as professoras perceberam que é preciso colocar em prática o que já sabem, fazendo algumas adaptações de acordo com a demanda e necessidade de cada aluno. Perceberam que podem utilizar do conhecimento adquirido ao longo dos anos através da formação, dos estudos e das experiências vivenciadas em sala de aula para promover a inclusão na educação infantil.

As professoras aprovaram os tópicos abordados nos slides e participaram bastante inclusive dando exemplos do que já vivenciaram em sala de aula. Os comentários foram diversificados. Algumas realmente esperavam por dicas precisas e pontuais, como se existisse uma ordem a ser seguida. Observei isso em algumas falas: “Eu já sabia que não teria o passo a passo”; “Na teoria tudo é lindo e dá certo”; “Essas coisas eu já faço”. Outras perceberam o quanto é importante se apropriar das ferramentas usadas na Educação Infantil e usá-las a favor da inclusão de todos os alunos nas mais variadas situações. Elas comentaram: “Precisamos estudar de novo para relembrar

o que já sabemos”; “Saber é uma coisa, fazer é outra, está na hora de colocar em prática”; “Para que na prática dê certo, é preciso fazer dar certo”; “Não tem receita porque cada um é de um jeito, mas ficar de braços cruzados vendo as crianças sendo excluídas, não dá”; “Preciso começar a fazer estas coisas de novo porque é bom para todos os alunos”; “usar o que temos para fazer o melhor por eles”; “precisamos colocar em prática o que sabemos e buscar mais informações ou até mesmo ajuda, porque não sabemos tudo”.

As professoras que se mostraram insatisfeitas foram relativamente poucas, diante do número de participantes, uma média de 45 pessoas por dia. Mostraram-se assim ou porque esperavam por uma “receita” e achavam que eu iria chegar com dicas diferentes das que são próprias da Educação Infantil ou porque de certa forma não acreditam na inclusão escolar. Destas poucas, algumas tornaram a falar da falta de preparo, falta de apoio do AEE e de material apropriado para ser usado com as crianças com deficiência.

No encerramento, passei um vídeo com a música Bem-vindo¹¹ deixando a seguinte mensagem: A inclusão é direito de todos, mas também tem a ver com amor. Não tem receita, é preciso acreditar e fazer sua parte porque tudo se ajeita. A inclusão diz respeito a amar-se primeiro e deixar que este amor brote e se espalhe pelos outros.

Ao final deste terceiro encontro, expliquei para as professoras que eu ia produzir uma cartilha com a participação dos alunos da escola e seus familiares. Pedi a colaboração delas, incentivando aos alunos a participarem fazendo um desenho com a família sobre o tema inclusão. Expliquei do que se tratava e sugeri desenvolverem um pequeno trabalho e/ou momento de conversa com seus alunos para que eles soubessem do que se tratava aquela atividade em família. Contei que os desenhos seriam expostos no dia da Mostra Cultural da escola e que entre os desenhos, alguns seriam escolhidos para ilustrarem a cartilha.

Encerrando, entreguei um questionário de avaliação, que se encontra no Apêndice C, referente aos três encontros realizados. A grande maioria das professoras participou dos três encontros. Foram em média 44 pessoas distribuídas em 7 encontros de 1h cada, sendo 4 grupos pela manhã e 3 à tarde.

Analisando a avaliação feita pelas 40 professoras que estiveram presentes no dia 04/07/2019, verifiquei que de uma maneira geral os três encontros foram bem avaliados por elas. A maioria apresentou em seus depoimentos e comentários a satisfação pela realização do mesmo. Enquanto algumas professoras, relativamente poucas, não se sentiram plenamente satisfeitas. Dos sete grupos, notei que uma pequena parte das pessoas respondeu o questionário simplesmente com a

¹¹”Bem-vindo”: música de Luiza Caspary e Jair Oliveira pode ser assistida em <https://www.youtube.com/watch?v=CaDkMiS4-4g>

intenção de acabar logo, sem refletir na pergunta. Enquanto que as outras responderam com prazer e interesse, deixando registrado inclusive a sua satisfação.

A maioria das professoras achou que os temas abordados nos encontros foram relevantes. Elas afirmaram que a diversidade das atividades contribuiu para despertar seu interesse e serviu como ajuda para refletirem sobre a sua prática e a inclusão na EMEI. Segundo elas o conteúdo foi muito útil e refletiu diretamente na prática em sala de aula.

Elas escreveram alguns comentários expondo sua satisfação: “Os assuntos abordados foram importantes para ampliar minha reflexão sobre o tema inclusão”; “Foi inspirador e já gerou mudança”; “precisamos estudar mais para melhor compreensão da temática”; “Renovou os nossos conhecimentos e nos ajudou muito”; “Os encontros sempre acrescentaram na minha prática diária e na vivência com os meus alunos”; “Foi uma experiência muito produtiva e de grande valia pra mim”; “Isso agrega valores e pode mudar a nossa visão à cerca de tal”; “Enriqueci meus conhecimentos”; “Vejo que meu trabalho com as crianças será de mais qualidade e prazeroso”; “A troca de experiência foi de grande importância para a realização do nosso trabalho em sala de aula junto a todas as crianças, procurando a melhor forma de incluir a todas”; “Sugestão: continuar estudando e refletindo sobre a inclusão no próximo ano”.

Com a realização destes encontros percebi que existem pessoas que compreendem a educação inclusiva como direito e, portanto, sendo algo urgente e necessário de se tornar realidade. Estas se revelam dispostas a enfrentar as barreiras e lutar pelo direito das pessoas com deficiência. Falam de buscar conhecimento e procurar fazer o seu melhor em sala de aula. Enquanto outras, que desde o primeiro encontro se revelaram desinteressadas pela educação inclusiva. Evidenciando em seus atrasos para os encontros, em suas saídas enquanto aconteciam as reflexões, em suas falas e até mesmo em seus silêncios. Mesmo depois de tanto bate papo e troca de experiências, algumas mencionaram que não acreditam que a inclusão seja possível por acharem muito difícil, por não terem conhecimento e experiência para lidar com as situações que surgem, por perceberem que atrapalha o andamento da aula e prejudica os outros alunos.

3.1.5 Quinta ação

Como quinta ação, acreditei que seria muito importante e útil para a comunidade, ter na escola momentos de reflexão, informação, troca de experiência e palestras com assuntos pertinentes a inclusão de maneira geral. Dessa maneira, o trabalho se estenderia até as famílias dos alunos.

Faz parte do projeto da EMEI realizar uma vez por mês um encontro de formação e orientação para os pais dos alunos ao qual chamamos de “Escola de Pais”. Sugeri à direção e à

coordenação da escola que os encontros abertos a comunidade fossem todos voltados para o tema inclusão neste ano de 2019. Com o apoio da gestão assim foi feito. Uma vez a cada mês do ano de 2019 foi realizado um encontro para reflexão, formação e informação sobre a inclusão, na “Escola de Pais”.

Os encontros foram realizados uma vez por mês, geralmente na última quinta ou sexta-feira de cada mês, às 16h na EMEI. Foram bastante ricos e despertaram o interesse de pais e familiares, auxiliares da educação infantil, professoras e outras pessoas da comunidade escolar que tiveram participação ativa no momento do bate papo. Os pais fizeram perguntas, deram testemunhos e compartilharam suas experiências.

As pessoas convidadas para dirigirem os encontros realizaram palestras, compartilharam suas experiências de vida e proporcionaram momentos de roda de conversa com os pais e professoras presentes. Os convidados foram diversificados: mãe de aluna com deficiência; avó aposentada de ex-aluno (essa avó fez carreira como assistente social da FEBEM); especialistas que atuam em escolas, no AEE, em universidades e em consultórios; representantes de movimentos sociais. Alguns dos convidados apresentaram elementos que contribuíram para o momento de formação como slides, objetos de uso das pessoas com deficiência. Todos se preocuparam em usar uma linguagem simples e acessiva. A todo o momento abriram espaço para perguntas e comentários. Os pais participaram com bastante interesse, fazendo perguntas, dando depoimentos e opinião sobre o tema abordado. Ao final faziam questão de cumprimentar os palestrantes que eram elogiados pelas famílias, professoras e outros membros da comunidade escolar.

Para minha organização fiz o seguinte modelo de esquema que foi usado em todos os encontros:

Esquema para o encontro da Escola de Pais

Tema:

Convidado (a):

Data:

Horário:

Tempo de duração:

Dinâmica:

No primeiro encontro (29/03/2019), a convidada foi Marissandra Freitas, mãe de aluna da escola diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que falou sobre o tema Autismo. Ela relatou como foi quando ela descobriu sobre a deficiência de sua filha e a necessidade em buscar informações e conhecimentos. Ela fez uma especialização para melhor auxiliar no desenvolvimento dela. Contou sua experiência como mãe e sobre a vivência familiar e escolar de sua filha. Usou slides com algumas informações a respeito da deficiência, características e como estímulos que auxiliam o desenvolvimento. Contou sobre a necessidade de atendimento especializado para acompanhar crianças com Autismo. Ressaltou a importância do trabalho das professoras e da convivência dos alunos que tanto contribuíram para que sua filha tivesse êxito nas interações e no seu desenvolvimento.

No segundo encontro (24/04/2019) a convidada foi Carla Rangel do Vale Amorim, professora com deficiência visual, abordou sobre o tema: “Deficiência visual: limitações e possibilidades”. Ela falou como se tornou uma pessoa com deficiência visual. Como esse fato impactou sua vida experiência pessoal e profissional. Deu depoimento sobre as dificuldades enfrentadas no dia a dia e mostrou alguns objetos utilizados pelas pessoas com esta deficiência: bengala, livros em Braille, soroban¹², reglete¹³ e punção¹⁴. Relatou que ela perdeu a visão total quando era adolescente e que por isso, precisou contar com a ajuda de amigos leitores na biblioteca pública para aprender sobre as disciplinas e também digitar trabalhos.

No terceiro encontro (30/05/2019) a convidada foi Isabelle Chagas Amorim que é jornalista e mestranda em comunicação social pela UFMG e tratou sobre empoderamento feminino falando sobre o tema: “Em busca de autonomia e liberdade para as mulheres”. Ela contou sobre os vários tipos de violência sofridos pelas mulheres e alertou sobre onde buscar ajuda e proteção. Destacou sobre a importância e valorização das mulheres, falando especialmente para os homens que estavam presentes.

No quarto encontro (05/07/2019) a convidada foi Laênia Martins Petersen, doutoranda na FAE/UFMG e escolheu como título para sua conversa com os pais: “Aprendendo a conhecer a lidar com as diferenças”. Ela trouxe para a roda de conversa sua trajetória como mãe de uma jovem com paralisia cerebral. Ela contou sobre os períodos críticos de saúde e as inúmeras vezes em que sua filha, desde bebê, foi internada. Relatou que devido à situação, sentiu a necessidade em saber manusear os equipamentos médicos para aliviar a dor e sobre as noites que passou fazendo

¹² Soroban é o nome dado ao ábaco japonês, que consiste em um instrumento para cálculo.

¹³ Reglete é um instrumento usado para escrita manual do Braille. É composta basicamente por uma régua-guia, entre cujas partes, inferior e superior, a folha é colocada.

¹⁴ Punção é um instrumento que tem a mesma função que as canetas, ou seja, marcar o papel. Sendo assim, o punção permite marcar os pontos da escrita Braille no papel a partir da pressão sobre ele.

exercícios físicos e alongamentos com sua filha porque acreditava que um dia ela iria andar. Ela procurou se especializar para ajudar a sua filha que hoje está cursando pedagogia e morando sozinha. Seu esforço e persistência serviram de incentivo aos pais presentes que reconheceram a importância de acreditar nas potencialidades de seus filhos. A foto deste encontro está no Apêndice H.

O quinto encontro (27/08/2019) foi dirigido por Paulo Henrique Maia Melgaço, professor de história especializado em cultura africana e afro-brasileira pela PUC-MG, com o tema: “O Papel da família e da escola na formação da identidade”. Ele contou sobre a vinda dos africanos para o Brasil, sobre a presença e os papéis que o negro ocupa na sociedade. Convidou aos presentes a refletirem sobre como o poder e a mídia interfere no nosso olhar fazendo com que valorizemos umas pessoas e discriminemos outras. Deu exemplo de falas e atitudes preconceituosas que contribuem para a desvalorização do negro.

O sexto encontro (19/09/2019) foi com Romilda Ribeiro Guimarães, avó de um ex-aluno, que focou no tema “Inclusão: dever ou necessidade?”. Assistente social aposentada, Romilda relatou sobre sua trajetória trabalhando com menores infratores abandonados pelas famílias e a vida que eles tinham na antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM)¹⁵. Contou um pouco sobre a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e como isso refletiu na sociedade. Levou os pais a refletirem sob um ponto de vista diferente a respeito dos que vivem a margem da sociedade. Questionou aos pais se eles acreditavam na inclusão como dever ou como necessidade e abriu espaços a eles para darem suas opiniões.

O sétimo encontro, (31/10/2019) foi realizado com a presença de Alexa Fabrino Taves, membro da equipe de apoio à inclusão da regional Venda Nova no ano de 2018, que levou um vídeo com o título “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança” para servir de base para a conversa com os pais. Neste vídeo, uma palestra da TEDxUnisinos, Lau Patrón, uma publicitária e escritora brasileira, relata a transformação que aconteceu em sua vida. Após descobrir uma gravidez não planejada, com 1 ano e 8 meses de vida, seu filho teve que lutar pela vida acometida por uma grave doença. No vídeo ela relata sobre a exclusão que sofreu, pois, ninguém de sua família era convidado para os aniversários dos colegas de escola de seu filho. Contou sobre o medo que as pessoas sentiam de chegarem perto até mesmo para conversar sobre a criança. No fim de sua apresentação, Alexa propôs uma reflexão para auxiliar no combate aos sofrimentos advindos das

¹⁵ FEBEM: Antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor. Foi um centro de atendimento socioeducativo ao adolescente menor de idade. Sua função era executar as medidas socioeducativas aplicadas pelo Poder Judiciário aos adolescentes autores de atos infracionais cometidos com idade de 18 anos incompletos. Hoje na chamada Fundação Casa (antiga FEBEM), os menores podem cumprir pena de reclusão até no máximo a idade de 21 anos completos, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

mudanças que acontecem em nossa vida sem ao menos desejarmos. Os pais relataram se sentirem compreendidos e acolhidos em suas dores e sofrimentos.

O oitavo encontro (28/11/2019) feito por Alan da Silva Lopes que sofreu paralisia cerebral no parto. Ele nos relatou sobre sua trajetória escolar e profissional. Contou sobre como superou preconceitos e hoje é pedagogo formado atuando como professor da Rede Municipal e como bibliotecário da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

A mãe de uma aluna me procurou para elogiar o trabalho desenvolvido na escola, ao longo do ano, em especial na Escola de Pais e registrou sua percepção e gratidão em um e-mail que me enviou e que está transcrito no Anexo 1. Pretendemos finalizar a Escola de Pais desse ano com um chá da tarde para os pais. Neste último encontro, a proposta é avaliar como os pais se sentiram em relação às temáticas propostas e desenvolvidas ao longo do ano nos encontros e ouvir sugestão de temas que eles gostariam que fossem trabalhados no ano de 2020.

3.1.6 Sexta ação

Como sexta ação, idealizei construir uma cartilha “De olho na inclusão” com a participação de todos os alunos da escola e seus familiares. A minha intenção foi propor uma última ação que mobilizasse os alunos e suas famílias como culminância do meu trabalho final do LASEB e também do projeto desenvolvido ao longo do ano na EMEI. Meu objetivo foi o de sensibilizar uma vez mais e envolver toda comunidade escolar no tema desenvolvido ao longo do ano: inclusão.

Esta ação só foi possível graças ao apoio e incentivo da direção da escola nas pessoas de Francislane Soares Pereira Ribeiro (diretora), Elisângela Pereira Vidal (vice-diretora) e Janaína André de Souza Nogueira (coordenação geral). Contei com a participação dos pais e das professoras.

Os alunos e familiares de todas as turmas da EMEI Itamarati, turno da manhã e turno da tarde, foram convidados a criarem um desenho voltado para o tema inclusão, de acordo com o que eles vivenciaram ao longo do ano nas aulas e encontros realizados. Podiam usar frases e gravuras para compor seu registro. Dessa forma, mesmo os alunos menores de três anos poderiam participar com a ajuda dos pais. Aos alunos foi entregue uma folha com espaço para colocarem o nome próprio e da professora. Pedi que devolvessem a folha com o desenho feito uma semana depois.

De modo geral, o retorno das famílias foi positivo. A participação dos pais, irmãos e avós na confecção dos desenhos e montagens foi bastante relevante, uma vez que uma boa parte das crianças são menores que 3 anos e ainda estão em processo de desenvolvimento da coordenação motora e da capacidade de representação gráfica.

Avalio de forma positiva a proposta porque a grande maioria das crianças devolveu a atividade feita, de um total de 430 alunos, 300 fizeram a atividade. Todos os desenhos foram expostos no corredor da escola, a foto está no Apêndice H. O meu objetivo foi alcançado. A maioria dos desenhos foram feitos pela própria criança, sobre orientação dos pais, o que proporcionou um resultado surpreendente.

Porém, é importante deixar registrado que percebi pouco envolvimento de algumas professoras. Os aspectos que relato a seguir me levam a acreditar nisso. Em primeiro lugar, todas as turmas receberam as folhas conforme descrito no terceiro encontro da quinta ação, mas nem todas as professoras entregaram aos alunos. Sei de pelo menos duas turmas cujas professoras não entregaram a folha e de alguns alunos que não receberam porque no dia em que foi entregue, faltaram à aula. Outro aspecto por mim percebido foi que alguns alunos não devolveram a folha, não sei se não foi cobrado da família pela professora ou se a família optou por não participar. Algumas folhas foram devolvidas sem o devido preenchimento do cabeçalho, como por exemplo, o nome do aluno e/ou da professora.

Apreciando os desenhos, tive muita dificuldade em selecionar os que seriam usados na cartilha. Necessitei seguir alguns critérios porque seria impossível colocar todos. Assim separei primeiramente os desenhos foram feitos dentro do tema proposto; para as turmas das crianças maiores (4 e 5 anos) dei preferência para os desenhos que foram feitos com desenhos criados pelos próprios alunos; nas turmas das crianças menores (1 a 3 anos), levei em consideração a mensagem que a família queria transmitir; e mesmo nestes últimos, se a criança teve algum tipo de participação. Após selecionar os desenhos, entreguei aos pais dos alunos uma ficha de autorização para utilização das imagens.

Concomitantemente fiz a seleção de material escrito para compor a cartilha. Algumas informações que considerei válidas para a comunidade. Para isso li mais alguns textos e visitei alguns sites e cartilhas já existentes no Brasil. Percebi inclusive que aqui em Minas Gerais nenhuma cartilha nestes moldes foi feita.

Citei leis, dicas de expressões em uso hoje em dia; orientação a respeito de alguns direitos que as pessoas com deficiência têm; os tipos de barreiras encontradas que impedem a inclusão destas pessoas; e a definição do que seja incluir, usando frases que considerei relevantes escritas por mim e pelas famílias registradas nos desenhos.

Esta cartilha foi reavaliada algumas vezes pela professora orientadora, mas também foi analisada pela Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidade Étnico Racial (DEID) da Secretaria Municipal de Educação (SMED). Em reunião com essa diretoria explanei o meu plano de ação e o projeto desenvolvido na escola. Algumas questões levantadas me levaram a refletir sobre a

acessibilidade do público da comunidade ao texto mais elaborado na planilha, o que me levou a produzir duas versões, uma destinada aos profissionais da educação e outra para a comunidade. O *layout* final dessas duas produções pode ser visto nos Apêndices E (profissionais) e F (comunidade).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a reflexão sobre como acontece a inclusão escolar na escola onde atuo como professora. Permitiu também uma pesquisa extensa na área da educação inclusiva que resultou em conhecimento e crescimento pessoal e profissional. Além disso, propiciou que alunos, professoras e toda a comunidade escolar vivenciassem experiências relevantes e inovadoras, permitindo assim que os objetivos propostos fossem alcançados.

Ao executar as ações planejadas, percebi o envolvimento e participação crescente da comunidade que respondeu de forma positiva aos encontros, formações e bate papo na Escola de Pais. As atividades oferecidas aos alunos ao longo do ano e especialmente na construção da cartilha possibilitaram momentos de interação e aprendizagem. As reflexões que aconteceram durante a troca de experiências entre as professoras contribuíram para a análise e planejamento da prática docente de forma a atender a necessidade de incluir a todos os alunos. Durante o percurso enfrentei dificuldades e me deparei com limitações pessoais e coletivas por minha parte e por parte das minhas colegas que serviram de incentivo e aprendizagem, que ocasionaram o desenvolvimento pessoal e profissional de cada uma de nós.

Dada à importância do assunto, tornou-se necessário seguir com os estudos e reflexões para dar continuidade ao bonito trabalho até aqui desenvolvido e efetivar ações que promovam a inclusão escolar na EMEI Itamarati. Nesse sentido, pretendo contribuir realizando oficinas de materiais que possibilitam a aprendizagem e a participação no espaço escolar e propor as minhas colegas, que façamos juntas estudos e caso dos alunos que apresentam alguma necessidade especial, com ou sem deficiência, para juntas pensarmos em estratégias que irão nos ajudar no processo de ensino.

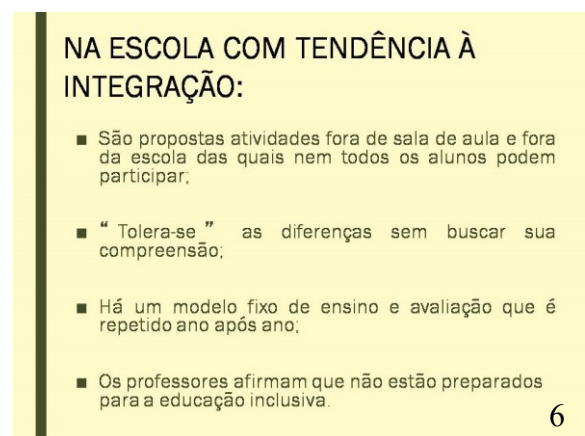
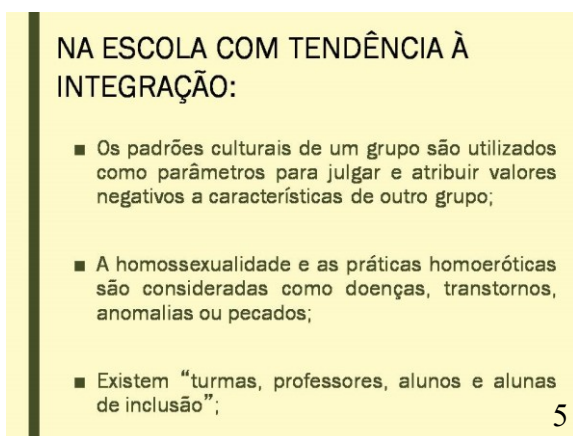
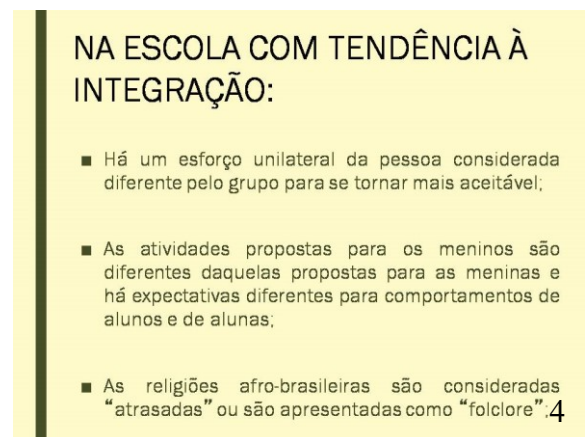
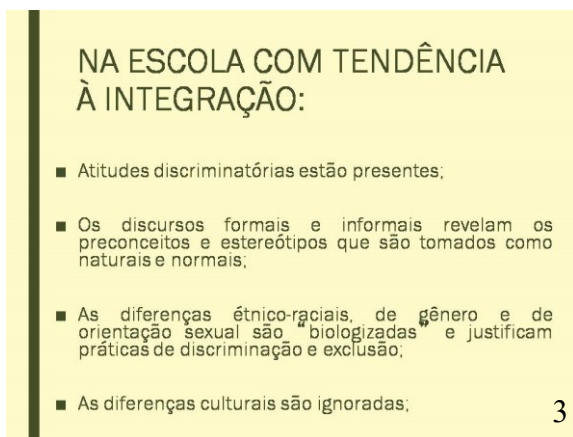
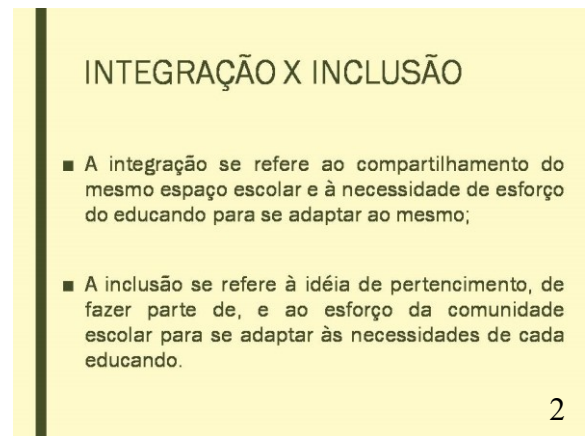
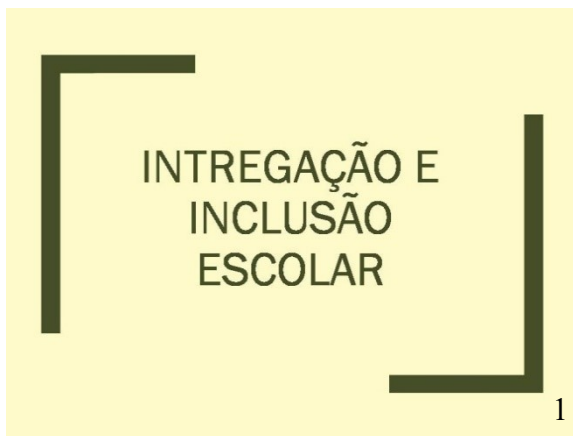
REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. *Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Guatemala, 2001.
- BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência: *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Diário Oficial da União 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais*. v. 1-8, Brasília, BelmontCom, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: educação infantil*. ed. 2, v. 1-10, Brasília, MEC/SEESP, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Ministério da Justiça
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, MEC/SEESP, 1994.
- CARVALHO, R. E. Diversidade como paradigma de ação pedagógica na educação infantil e séries iniciais. *Revista da Educação Especial*. v. 1, n. 1, p. 29-34. (out. 2005). Brasília: Secretaria de educação Especial. 2005.
- CLAUDE, R. P. *Direito à educação e educação para direitos humanos*. *Revista internacional de direitos humanos*. 2004. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/direito-educacao-e-educacao-para-direitos-humanos/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- CUSTÓDIO, G. C. C. *Público alvo da educação especial na educação física escolar: algumas considerações*. *Revista Brasileira de Educação Básica*. 2018. Disponível em: <<https://rbeducacaobasica.com.br/publico-alvo-da-educacao-especial-na-educacao-fisica-escolar/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, Salamanca, Espanha, 1994.
- DINIZ, M.; ARAÚJO, R. M. B. A inclusão e a educação de jovens e adultos: saberes em circulação. *Revista Educação em Foco*, v. 17, p. 109-124, 2014. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/view/560/351>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- FERREIRA, W. B. Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? *Revista da Educação Especial*. v. 1, n. 1, p. (out. 2005). Brasília: Secretaria de

- educação Especial. 2005. *Revista da Educação Especial*. v. 1, n. 1, p. 40-46. (out. 2005). Brasília: Secretaria de educação Especial. 2005.
- FOREST, M.; PEARPOINT, J. *Inclusão: ela tem a ver com mudança!* Traduzido por CAVALCANTE, M. 2011. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/2011/06/19/inclusao-ela-tem-a-ver-com-mudanca/>>. Acesso em 11 nov. 2019.
- FRANCO, M. A. M.; GUERRA, L. B. O ensino e a aprendizagem da criança com paralisia cerebral: ações pedagógicas possíveis no processo de alfabetização. *Revista Educação Especial*, Santa Maria-RS, v. 28, n. 52, p. 311-324, maio/agosto 2015.
- GRABOIS, C. *Nota pública: escolas públicas e privadas não podem discriminar em razão da deficiência*. 2012. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/tag/inclusao/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- LOURENÇO, E. *Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. Coleção cadernos de diversidade.
- MANTOAN, M. T. E. O que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Projeto Incluir: Caderno de textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais*. Gráfica e Editora Geraes, Belo Horizonte, 2006. 112 p.
- MONTE, R. F. SANTOS, I. B. *Saberes e práticas da inclusão: introdução*. Brasília, MEC/SEESP, 2004.
- ONU. *Convenção dos Direitos da Criança*. Nova York, 1989.
- ONU. *Declaração universal dos direitos da criança*. Nova York, 1989.
- ONU. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.
- SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Revista da Educação Especial*. v. 1, n. 1, p. 7-18. (out. 2005). Brasília: Secretaria de educação Especial. 2005.
- SANTIAGO, M. C.; SANTOS, M. P. *Planejamento de estratégias para o processo de inclusão: desafios em questão*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 485-502, abr./jun. 2015.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista nacional de reabilitação (Reação)*. São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, WVA, 2010.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século XXI. *Revista da Educação Especial*. v. 1, n. 1, p. 19-23. (out. 2005). Brasília: Secretaria de educação Especial. 2005.

APÊNDICE A – Slides sobre integração e inclusão

Utilizados no segundo encontro com as professoras, ao longo da quarta ação descrita no trabalho.



NA ESCOLA INCLUSIVA:

- As práticas inclusivas se referem a todos os alunos;
- A diversidade é aceita e valorizada pelos professores;
- Os estudantes não são classificados ou rotulados por suas diferenças individuais ou sócio-culturais;
- O respeito mútuo é incentivado;

7

NA ESCOLA INCLUSIVA:

- Os professores têm formação adequada para propor estratégias de atendimento à diversidade e não temem desenvolver novas práticas pedagógicas;
- As práticas e os conhecimentos prévios dos alunos são tomados como ponto de partida para o ensino;
- A participação de todos os alunos nas atividades escolares e extra-classe é incentivada;

8

NA ESCOLA INCLUSIVA:

- São propostas atividades para promover a compreensão, a aceitação e a valorização das diferenças;
- A organização curricular permite a diversificação e sua adequação às necessidades individuais e sócio-culturais dos alunos;
- O projeto pedagógico, o estilo de ensino e os procedimentos de avaliação contemplam a diversidade;

9

NA ESCOLA INCLUSIVA:

- Há uma cultura de apoio e colaboração entre pais, professores e alunos;
- A diversidade não é vista como um problema a ser eliminado ou ignorado, mas como uma riqueza a ser aproveitada para auxiliar na aprendizagem de todos.

10

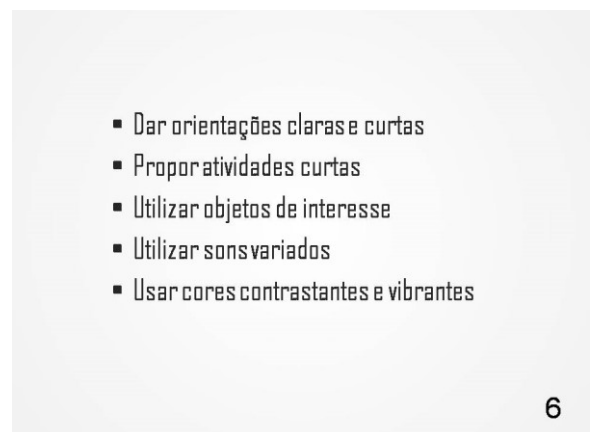
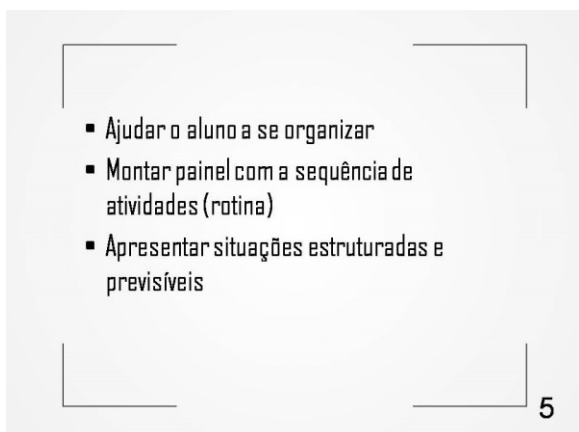
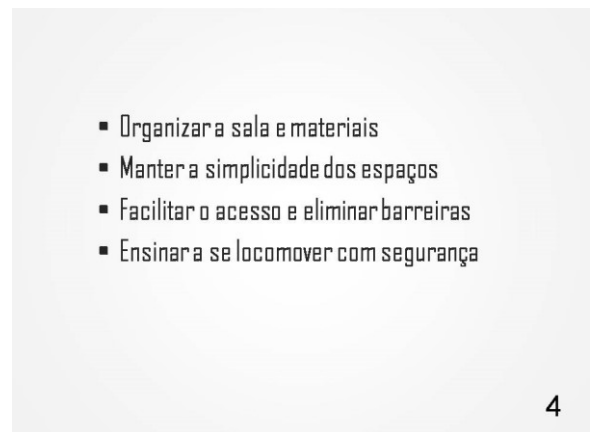
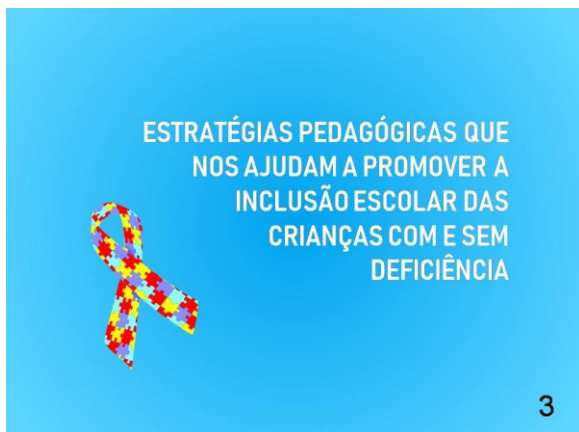
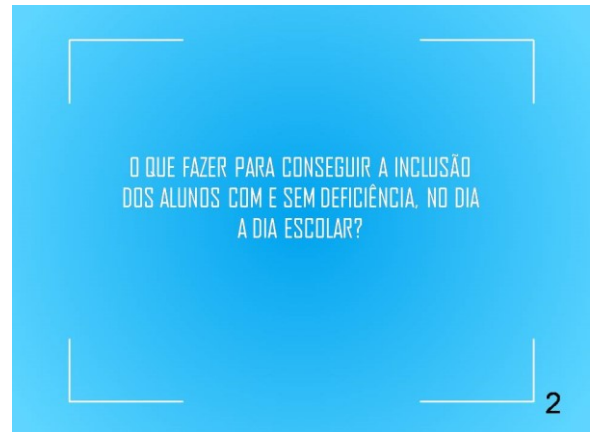


Fonte: disponível no link <http://sistemasdegestaointegrada.blogspot.com/2016/04/exclusao-x-segregacao-x-integracao-x.html>

11

APÊNDICE B – Slides sobre estratégias pedagógicas

Utilizados no terceiro encontro com as professoras, ao longo da quarta ação descrita no trabalho.



- Proporcionar contato com diferentes objetos para desenvolver habilidades manipulativas cognitivas e sensoriais
- Promover o reconhecimento dos espaços, dos objetos, das pessoas, das vozes

7

- Tornar conhecido o que se quer e para quê
- Estipular ajudante do dia e da atividade
- Proporcionar experiências concretas
- Promover atividades funcionais, que façam sentido

8

- Desenvolver atividades da vida diária
- Usar objetos concretos e familiares
- Manter o aluno sempre ocupado
- Dar explicações sem falar excessivamente

9

- Usar linguagem adequada para a idade
- Expor a situações de interação e verbalização
- Expor a situações de leitura e escrita
- Adaptar materiais que favoreçam o desempenho

10

- Evitar os fatores desencadeantes dos problemas de comportamento
- Estabelecer limites sem ferir o "eu"
- Abolir sentimentos de piedade, superproteção e de descrença nas potencialidades

13

- "Ignorar" comportamentos inadequados para o momento
- Não permitir atitudes destrutivas
- Chamar a atenção para a atividade que está sendo proposta
- Incentivar, não obrigar

14

- Reforçar comportamentos adequados
- Não interpretar ou atribuir sentimentos e atitudes sem fundamento (às vezes não é porque não quer fazer, mas simplesmente não pode, não consegue)

15

- Compreender o que a criança está tentando dizer
- Usar comunicação suplementar alternativa (símbolos significativos, gestos e sinais corporais, cartões de imagens e fotos)
- Desenvolver o uso do olhar

16

- Perceber e incentivar as habilidades
- Oferecer ajuda na vida diária
- Ensinar hábitos e atitudes do dia a dia
- Priorizar o bem estar
- Praticar a persistência e tolerar as frustrações

17

- Despertar segurança e tranquilidade
- Buscar propostas que favoreçam a autonomia e a aprendizagem
- Buscar propostas que proporcionem a vivência em grupo

18



19

APÊNDICE C – Modelo da avaliação dos encontros.

Utilizado no terceiro encontro com as professoras.

Avaliação dos Encontros

01. Você participou de quantos encontros propostos?

Um Dois Três

02. Os temas desenvolvidos nos encontros foram relevantes?

Sim Em parte Não

03. Leia a afirmativa abaixo e responda se concorda ou não com ela.

“A diversidade das atividades contribuiu para despertar o seu interesse”.

Concordo totalmente
 Concordo em parte
 Descordo em parte
 Descordo totalmente

04. Qual é seu nível de satisfação pela qualidade das atividades propostas?

Muito satisfeita
 Parcialmente satisfeita
 Nem satisfeita, nem insatisfeita
 Parcialmente insatisfeita
 Muito insatisfeita

05. Qual a utilidade do conteúdo apresentado nos encontros?

Extremamente útil
 Muito útil
 Relativamente útil
 Não tão útil
 Nada útil

06. As reflexões e conversas realizadas nos encontros causaram algum impacto na sua prática pedagógica?

Sim Em parte Não

07. Comentários e/ou sugestões, gentileza anotar atrás da folha. Obrigada!

APÊNDICE D – Projeto de Avaliação Institucional

Trabalho realizado na primeira disciplina do curso.

FAE-UFMG-2018

Etapa 1 – Análise da situação:

1. Apresentação da escola:

- Nome da escola: Unidade Municipal de Ensino Infantil - UMEI Itamarati
- Localização: Rua dos Comanches, 245 – Bairro Santa Mônica BH – MG
Cep.:31530250
- Número de turmas, de alunos, de professoras, e de funcionários:
- Turmas no total: 22:
 - Parcial/Manhã: 09 turmas
 - Parcial/Tarde: 09 turmas
 - Integral: 04 turmas (02 do berçário; 01 de 1-2 anos; 01 de 2-3 anos)
- Alunos no total:
 - Manhã: 164
 - Tarde: 180
 - Integral: 42
- Número de funcionários que atuam nos dois turnos:
 - Direção / Vice direção: 02
 - Coordenação geral: 01
 - Coordenação de turno: 02
 - Secretaria: 02
 - Cozinha: 05
 - Limpeza: 06
 - Porteiro: 03
 - Auxiliar (MGS): 09
- Total de professoras: 47
 - Número de professoras do turno da manhã: 22
 - Número de professoras do turno intermediário: 04
 - Número de professoras do turno da tarde: 21
- Funcionários no total: 25
 - Secretaria: 02
 - Cozinha: 05
 - Limpeza: 06
 - Portaria: 03
 - Auxiliar de apoio ao educando: 09
 - Serviço geral:01
- Estrutura da escola:
 - São dois andares ligados por escadas interna e externa, além de 01 elevador.
 - Área externa bem grande coberta de grama e com algumas árvores ainda em crescimento, com 01 escorregador e 01 balanço de metal, 02 brinquedos de plástico com escorregador e 01 casinha de plástico e uma parte cimentada.

Salas: 01 secretaria pequena com arquivos, computador e impressora; 01 da direção/coordenação com mesas e um computador; 01 de professoras com uma mesa grande, 01 computador e uma geladeira; 12 de alunos; 01 de multimeios (com aparelho de TV e DVD, livros e revistas, brinquedos, fantoches e fantasias, e dois armários com materiais diversos).

Outros ambientes: 01 Cozinha com fogão industrial, geladeira e 03 pias; 01 lavanderia com tanque, lavadora de roupas e 01 geladeira; 01 refeitório com 04 mesas compridas e bancos dos dois lados e uma TV; 01 depósito de material de papelaria; 01 depósito de material de limpeza; 01 depósito de materiais diversos para manutenção da escola. 05 Sanitários para o uso das turmas do parcial; 01 sanitário com chuveiros para o uso das turmas do integral; 01 sanitário para uso exclusivo das professoras; 02 para uso do público geral.

2. O aluno com deficiência na escola

A escola recebe alunos com deficiência desde sua abertura em
Ao todo são 19 crianças com deficiência. Os alunos são frequentes na escola.

- Turma do integral 1-2 anos - 04 crianças diagnosticadas:
 - Hipotonia
 - Síndrome de Down
 - Albinismo com baixa visão
 - Síndrome de Roberts
- Turma de 2-3 anos : 02 (manhã) crianças diagnosticadas:
 - Atraso de desenvolvimento neuropsicomotor
 - TEA
- Turma de 3-4 anos: 03 (manhã) e 04 (tarde) crianças diagnosticadas:
 - Outras síndromes/renal/física
 - TEA (04 crianças)
 - Atraso de desenvolvimento neuropsicomotor
 - Hidrocefalia
- Turma de 4-5 anos: 02 (manhã) e 04 (tarde) crianças diagnosticadas:
 - TEA (02 crianças)
 - Hipotonia
 - Síndrome de Down
 - Física
 - TDAH

Obs.: Existem alguns casos em diferentes turmas, de alunos que apresentam algumas características de crianças com deficiência, mas que ainda não passaram por avaliação médica e, portanto, não têm laudo.

3. A escola frente ao aluno com deficiência

- Estrutura física: A escola tem salas amplas e extensa área verde plana. Tem um elevador, mas não tem rampa de acesso ao segundo andar, somente escadas.

Quando ele estraga, é necessário que se carregue a criança que não pode andar ou que tem dificuldades em se locomover.

- Recursos para a aula: A escola possui poucos recursos pedagógicos para atender aos alunos com deficiência. Tem 01 prancheta para elevação de papel; engrossador de lápis; 01 assento especial para criança com falta de rigidez muscular. Mas falta todo tipo de material pedagógico que atenda as necessidades das crianças com deficiência. Poucos são os materiais produzidos pelas professoras, direcionados ao aluno. Faltam jogos apropriados que auxiliem o desenvolvimento da criança de acordo com sua deficiência. Faltam materiais diversos de uso diário, como: colher adequada, cadeiras adaptadas, mesas adaptadas, carrinhos para ajudar na locomoção, livros para baixa visão, etc.
- Qualificação de professores: Além da formação básica do curso superior, as professoras buscam por si mesmas informações e conhecimentos para melhor realização de seu trabalho. Mas há a necessidade de cursos direcionados e formação continuada com oficinas, palestras e orientação específicas com profissionais capacitados para que todas as professoras e auxiliares sejam mais qualificadas e saibam lidar com a diversidade das deficiências. Inclusive a necessidade de orientações específicas antes de a criança matriculada iniciar os dias letivos (principalmente em situações novas). Este ano a escola tem proporcionado momentos de formação quinzenal no horário de ASSEPAT, porém ainda não foi abordado o tema inclusão.
- Qualificação dos demais funcionários: Os demais funcionários da escola (fora as auxiliares) não têm formação ou informação a respeito dos alunos com deficiência. É importante que eles fiquem por dentro das situações, pois fazem parte da escola.

4. Levantamento de demandas

- Principais problemas levantados pela direção/coordenação:
 - Falta de compreensão e aceitação da família em reconhecer a deficiência do filho(a).
- Pelas professoras:
 - Falta de materialidade. A falta de material para trabalho diário com o aluno com deficiência prejudica o aluno, pois a professora não consegue realizar seu trabalho de forma plenamente satisfatória. Falta de material pedagógico diversificado e direcionado ao aluno com deficiência para desenvolver as habilidades próprias da educação infantil e aprender conceitos básicos.

Despreparo das auxiliares. É perceptível a boa vontade e cuidado, porém a qualificação é precária. Percebemos que a auxiliar muitas vezes se transforma apenas numa companhia para a criança com deficiência porque tanto ela, quanto a professora não sabe o que fazer.

Falta de compreensão por parte dos pais, da necessidade de acompanhamento especializado e apoio ao trabalho da professora, por falta de aceitação da deficiência de seu (sua) filho (a) ou por falta de interesse ou empenho.

Ausência de encontros de professoras, auxiliares e até mesmo pais para troca de experiências (roda de conversa).

Faltam cursos de formação mais direcionados às questões de inclusão, com oficinas, palestras e rodas de estudo e orientação com profissionais preparados e qualificados no assunto (para professoras e auxiliares).

Ausência de rampa de acesso para o segundo andar. Fraldário para atender aos alunos do segundo andar.

Ausência de profissionais especializados para auxílio do professor, como: psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta, etc. Ausência de um facilitador com formação adequada o que dificulta as relações e o desenvolvimento do aluno. Caso houvesse um psicólogo, por exemplo, seria mais fácil a abordagem com as famílias, bem como a intervenção junto ao aluno.

Preconceito de alguns familiares dos colegas de sala do aluno com deficiência. Alguns alegam que o filho está sofrendo abusos e maus tratos por parte da criança com deficiência, outros alegam que o filho(a) está sendo prejudicado pois está regredindo, ou influenciado pelo “mau comportamento” da criança com deficiência.

- Quem é afetado por tais dificuldades relatadas?

Todos a comunidade escolar. A começar pela criança que tem deficiência, mas também as outras crianças da turma. Os profissionais da turma: professoras e auxiliares que lidam diretamente com as crianças.

- Em que momentos acontecem?

Percebemos que as maiores dificuldades acontecem quando falta o professor referência ou o auxiliar que lida diretamente com a criança com deficiência porque nesta situação fica mais evidente o despreparo dos profissionais que fazem a substituição.

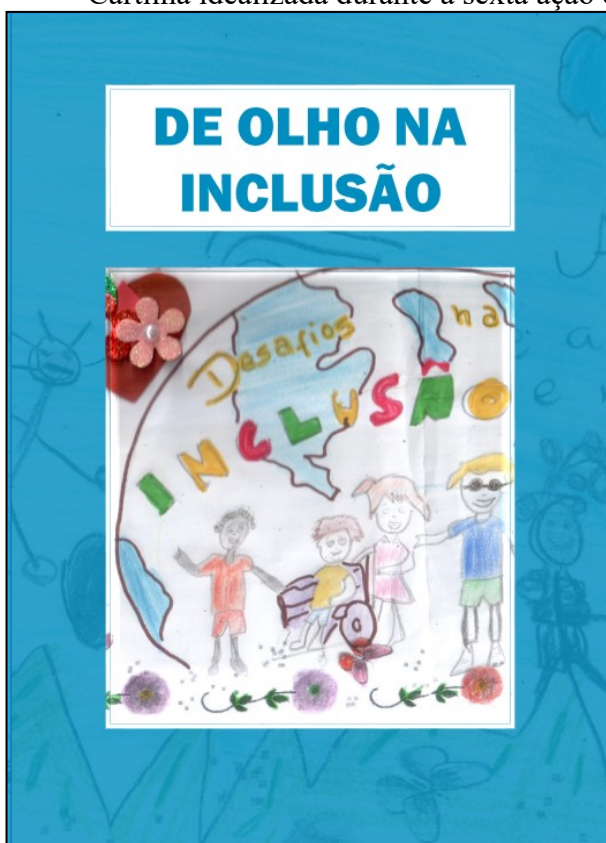
Nos momentos de locomoção pela escola (o que acontece o tempo todo na Educação Infantil, uma vez que todos os ambientes são explorados ao longo do dia).

Nos momentos de troca de fraldas e higiene pessoal.


Nos momentos de brincadeira no pátio e na área verde da escola, em que algumas crianças precisam de um acompanhamento e cuidado mais próximo devido a dificuldade ou impossibilidade de se locomover.

APÊNDICE E – Cartilha para professoras

Cartilha idealizada durante a sexta ação do projeto.



DE OLHO NA INCLUSÃO	
Ficha Técnica	
Autoria, organização e revisão	Viviane Cornelio de Menezes (Cartilha)
Nome do Curso	Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Infantil LASEB - FaE - UFMG
Área	Educação Inclusiva: pessoas com deficiência, acessibilidade e prática educativa
Coordenadora da área	Libéria Neves
Professora Orientadora	Érika Lourenço
Design gráfico	Eric Menezes
Desenhos	Alunos da EMEI Itamarati




CARTILHA DE OLHO NA INCLUSÃO

Incluir é viver a beleza da diversidade,
É respeitar as nossas muitas diferenças.
É superar limites
E compreender nossas distintas realidades.



Incluir é agir.

João Beauclair
Agosto, 2007



INCLUSÃO

vem da ideia de envolver todas as pessoas de forma plena, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito. As pessoas nascem com diferenças que podem se acentuar e se modificar. Não há diferenças melhores ou diferenças piores. O que há é a diversidade humana. Cada ser apresenta suas próprias características que o torna diferente dos demais, mas todos os seres humanos têm o mesmo valor.





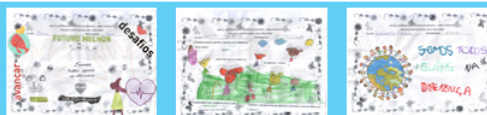
DIVERSIDADE HUMANA

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprendem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão!
Mantoan (2003)



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

São aquelas que têm impedimentos de longo prazo seja de natureza sensorial (relacionada aos sentidos - audição e visão); física (relacionada aos movimentos, não importa a origem e a gravidade da lesão); intelectual (relacionada ao funcionamento das atividades cerebrais que se expressam na chamada inteligência); e múltipla (mais de um tipo de deficiência na mesma pessoa), as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.



VOCÊ SABIA ?

- Ter uma deficiência não é o mesmo que estar doente, nem é sinônimo de ineficiência. Não tenha receio em usar a palavra "deficiência". As deficiências são reais e não há por que disfarçá-las. Sendo assim, devemos utilizar as expressões: PESSOA COM DEFICIÊNCIA e PESSOA SEM DEFICIÊNCIA
- A palavra "especial" foi usada durante muito tempo para amenizar a palavra deficiência. Ela ainda é usada quando se refere à educação (necessidades educacionais especiais), mas, neste caso, é preferível dizer "necessidades específicas".



INCLUSÃO

Postula uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para o trabalho com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

Dutra (2003)





A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação, que deve ser garantido sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, visando:

- O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima;
- O desenvolvimento da personalidade, dos talentos e da criatividade, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- A participação efetiva em uma sociedade livre.



É DIREITO!

Direito a educação pública e gratuita, assegurada por lei, preferencialmente na rede regular de ensino e, se for o caso, ao atendimento educacional especializado.

Direito ao atendimento preferencial prioritário e imediato em qualquer instituição, repartição ou empresa. E assentos devidamente identificados para elas.

Direito à saúde, aos medicamentos, próteses e órteses gratuitos, além de assistência médica no Sistema Único de Saúde. Além disso, os planos de saúde particulares não podem discriminar a pessoa com deficiência, recusando sua inclusão.



Direito ao transporte coletivo interestadual (viagens entre os estados do Brasil) e para os transportes municipais e estaduais. Garantia de que os transportes sejam acessíveis e que os estacionamentos tenham ao menos 2% das vagas para o seu uso.

Direito ao trabalho sem qualquer distinção, desde que tenha habilidade e qualificação profissional exigida para a função a ser exercida e de 2% a 5% dos cargos em empresas com mais de cem pessoas.

Direito ao BPC – Benefício de Prestação Continuada: um salário mínimo por mês à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com incapacidade para a vida independente e para o trabalho. Com comprovada impossibilidade do beneficiário ou sua família proverem a própria manutenção.



INCLUSÃO É





PARA TODOS



INCLUSÃO SOCIAL Deverão ser tratadas em igualdade de condições como as pessoas sem deficiência, observando-se as particularidades de cada uma.

SALAS DE AULA inclusivas partem de uma filosofia segundo a qual todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária. A diversidade é valorizada; acredita-se que tal diversidade fortaleça a turma e ofereça a todos os seus membros maiores oportunidades para a aprendizagem.
Black (1999)



CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A pessoa com deficiência tem direito à vida, ao trabalho, à liberdade, à igualdade, à não discriminação, à intimidade e propriedade; enfim, a todos os direitos encartados em nossa Constituição Federal, a Lei mais importante do país. Ela determina que devemos cuidar das pessoas com deficiência, seguindo os seguintes princípios:

IGUALDADE

Deverão ser tratadas em igualdade de condições como as pessoas sem deficiência, observando-se as particularidades de cada uma.

AUTONOMIA

As pessoas têm o direito de agir de forma independente, tendo liberdade de decisão, de locomoção e de prática de ações.



VOCÊ SABIA?

Existem várias tipos de barreiras que prejudicam a acessibilidade das pessoas:

1 **Barreiras Urbanísticas:** Existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo

2 **Barreiras Arquitetônicas:** Existentes nos edifícios públicos e privados

3 **Barreiras nos Transportes:** Existentes nos sistemas e meios de transportes



4 **Barreiras nas Comunicações e na Informação:** Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação

5 **Barreiras Atitudinais:** Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas

Barreiras Tecnológicas: Dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias



BRAILLE

Sistema de escrita e leitura por meio do tato que reproduz o alfabeto em caracteres impressos em relevo no papel, percebidos pelo toque das mãos e utilizado por pessoas cegas. Há ainda equipamentos como o ábaco, para cálculos matemáticos.



VOCÊ SABIA?

Atualmente, o sistema Braille tem sido pouco utilizado, em razão da disponibilidade de novas tecnologias, como celulares, computadores e outros equipamentos com conversão de texto em voz. É possível ver esse sistema nas embalagens de diversos produtos industrializados.



LIBRAS

Língua Brasileira de Sinais é a língua de sinais ou língua gestual, usada pela maioria dos surdos. Ela foi oficialmente reconhecida em 2002 e aceita como a 2ª língua oficial brasileira- Lei 10.436/2002.


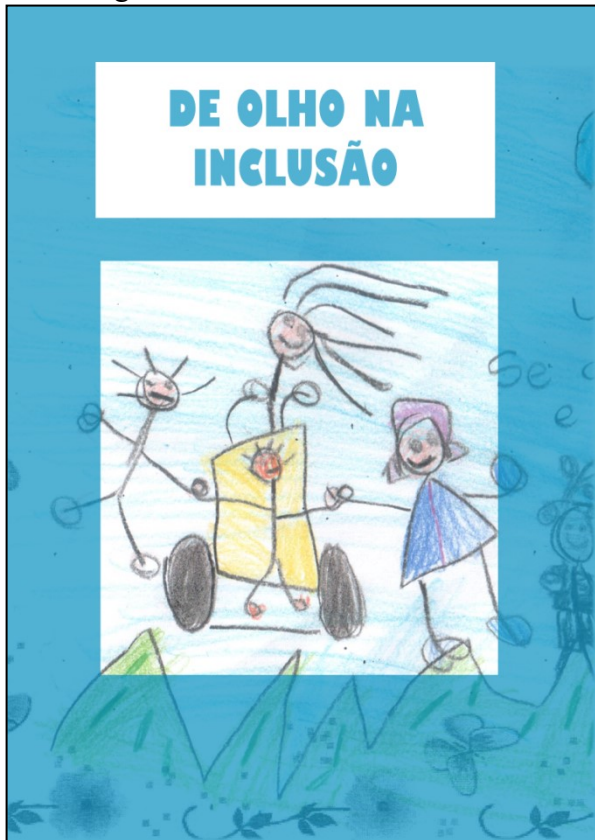


SOMOS TODOS
IGUAIS NA
DIFERENÇA



APÊNDICE F – Cartilha para comunidade

Segunda cartilha idealizada durante a sexta ação do projeto.



DE OLHO NA INCLUSÃO

Ficha Técnica

Autoria Viviane Cornelio de Menezes

Nome do Curso Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Infantil LASEB - FaE - UFMG

Área Educação Inclusiva: pessoas com deficiência, acessibilidade e prática educativa


Coordenadora da área Libéria Neves

Professora Orientadora Érika Lourenço

Design gráfico Eric Menezes

Participação Alunos e familiares da EMEI Itamarati


Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati
Direção: Francislane Soares Pereira Ribeiro
Vice-direção: Elisângela Pereira Vidal
Coordenação geral: Janaina André de Souza Nogueira



CARTILHA DE OLHO NA INCLUSÃO

“É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”

Boaventura de Souza Santos



SANTOS, B.S. Entrevista com professor Boaventura de Souza Santos. Petrópolis, Vozes, 2000.

PREFÁCIO

Sou professora há quase vinte e seis anos e faço parte da rede Municipal de Belo Horizonte há sete anos, na Educação Infantil. Na minha trajetória profissional, alunos com deficiência sempre estiveram presentes em vários momentos.

O amor e a dedicação à minha profissão e o meu comprometimento com o desenvolvimento dos alunos, sempre me impulsionou a buscar conhecimentos e repensar a minha prática pedagógica para atender às necessidades de cada um.

Em 2018 tive a oportunidade de iniciar o curso de pós-graduação no LASEB. Trata-se de um curso de especialização em formação de educadores para educação básica na área da Educação Inclusiva. Este curso existe por meio da parceria da Prefeitura de Belo Horizonte com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como parte do meu Plano de Ação elaborado a partir do curso, desejei que a escola adotasse o tema inclusão como projeto institucional e que tudo o que acontecesse ao longo do ano tivesse como foco, este tema. Com a aprovação da maioria das colegas professoras, o tema do projeto institucional de 2019 foi definido como Inclusão. Ao longo do ano realizamos palestras e roda de conversa na Escola de Pais, bate-papo e troca de experiências entre as Professoras e outras diversas atividades com os alunos, como por exemplo, a leitura de livros

infantis e apresentações para as turmas sobre o tema.

Como culminância do projeto, idealizei construir uma cartilha "De olho na inclusão" que só foi possível graças ao apoio e incentivo da direção da EMEI Itamarati na pessoa de Francislane Soares Pereira Ribeiro (diretora), Elisângela Pereira Vidal (vice-diretora) e Janaína André de Souza Nogueira (coordenação geral).

Para o projeto, pude contar também com a participação de professoras, alunos e familiares das turmas dos dois turnos, por meio de desenhos e frases que ajudaram a compor esta cartilha.

A todos, minha gratidão!

A escola é para muitos o primeiro espaço de acesso aos conhecimentos e lugar de aprender a ser e a viver dignamente, afirma Mantoan (2008). Eu acredito nisto! Defender e promover a inclusão na escola infantil faz parte do meu trabalho. Incluir implica em mudança. Mudança pede inovação e ação, que só são possíveis de alcançar com o envolvimento e a participação de toda a comunidade escolar.

Professora Viviane Cornelio de Menezes

Setembro de 2019



BRILLE

Sistema de escrita e leitura por meio do tato que reproduz o alfabeto em caracteres impressos em relevo no papel, percebidos pelo toque das mãos e utilizado por pessoas com deficiência visual. Há ainda equipamentos como o ábaco, para cálculos matemáticos.

A escola é para todos!



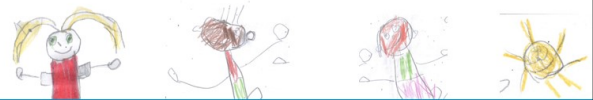
"Inclusão social é quando se tem o privilégio de conviver com as diferenças!"

"Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças" (Mantoan)



FIQUE POR DENTRO

Ter uma deficiência não é o mesmo que estar doente, nem é sinônimo de ineficiência. Não tenha receio em usar a palavra "deficiência". As deficiências são reais, sendo assim, podemos utilizar as expressões: PESSOA COM DEFICIÊNCIA e PESSOA SEM DEFICIÊNCIA, mas ao se dirigir à pessoa, chame-a pelo nome.



Ao transporte coletivo interestadual, municipais e estaduais e vaga em estacionamentos



A se qualificar numa função e trabalhar



Ao benefício de prestação continuada (BPC) de um salário mínimo por mês



FIQUE POR DENTRO

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TÊM DIREITO:



Ao atendimento preferencial e assentos identificados



A assistência médica, medicamentos, prótese e órteses gratuitos



5

Barreiras Atitudinais: Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas



Barreiras Tecnológicas: Dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias

6



VOCÊ SABIA?

Existem vários tipos de barreiras que prejudicam a acessibilidade das pessoas:

1 Barreiras Urbanísticas: Existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo

2 Barreiras Arquitetônicas: Existentes nos edifícios públicos e privados

3 Barreiras nos Transportes: Existentes nos sistemas e meios de transportes



4 Barreiras nas Comunicações e na Informação: Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

É a lei mais importante de nosso país. ela determina que devemos cuidar das pessoas com deficiência seguindo os seguintes princípios:

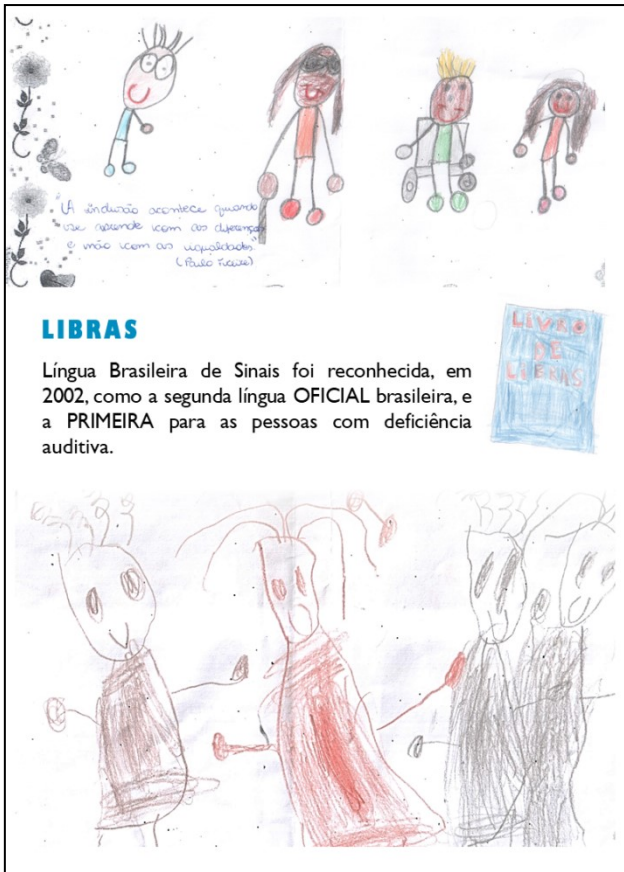
IGUALDADE

AUTONOMIA

INCLUSÃO SOCIAL

ACESSIBILIDADE





Um indivíduo acontece quando
seu nome se vem as diferenças
e não com as habilidades
(Paulo Tavares)

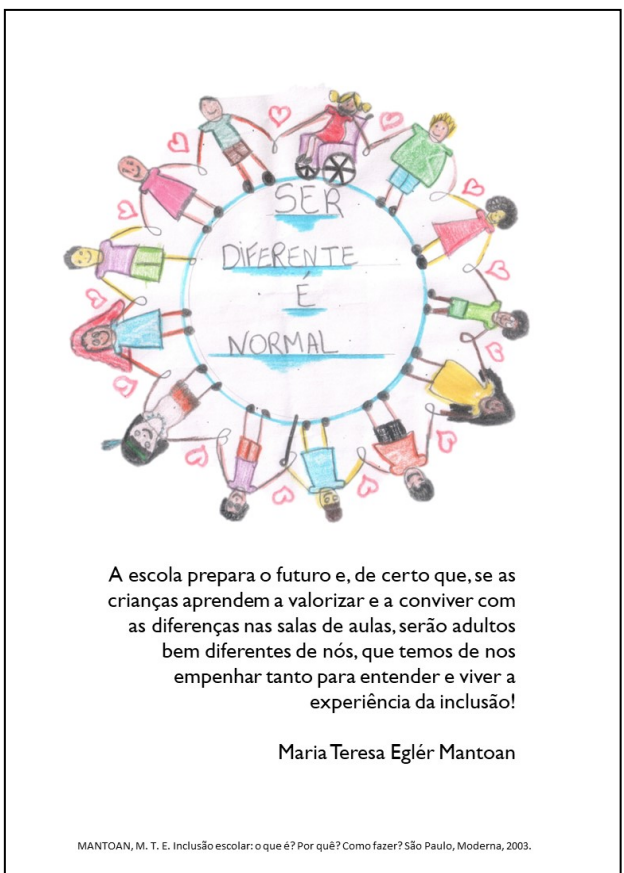
LIBRAS

Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida, em 2002, como a segunda língua OFICIAL brasileira, e a PRIMEIRA para as pessoas com deficiência auditiva.



A ESCOLA QUE QUEREMOS!

É aquela que está aberta à diversidade de pessoas, e que respeita as diferenças, acolhendo a todos sem distinção de raça, gênero, classe ou qualquer característica pessoal.



SER DIFERENTE E NORMAL

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprendem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão!

María Teresa Eglér Mantoan

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, Moderna, 2003.

SE ESTIVERMOS SEMPRE JUNTOS NÃO HAVERÁ MINORIA

ALUNOS QUE CONTRIBUÍRAM COM DESENHOS E TEXTOS:

Agatha Ferreira da Silva
Alice Andrade Silva
Ana Gabrieli do Carmo Sales Santos,
Ana Lafeté Pinto Oliveira
Ana Luíza Ferreira e Oliveira,
Ângelo Miguel Eloi Estevam Ferreira
Anny Marrie Victoria de Souza Oliveira,
Arthur Silva Souza
Bernardo Emanuel Pereira Lopes
Catarina Marques Venceslau
Deivison Moisés Conceição Freitas
Eduarda Kyna Silva Antunes
Emanoel Mirana Silva
Emanuely Vitória Pereira Feliciano
Emanuely Diniz Ferreira
Enzo Gabriel Batista,
Enzo Gabriel Sena Profeta,
Esther Brasileiro Wacha,
Gabriel Ferreira Muniz
Gabriel Jorge Cardoso de Melo
Gabriella Rosa Vitorino
Gustavo Coura Santos Guimarães
Heitor Carvalho Araújo
Helena Belo Cruz
Helena Otoni Pereira de Andrade
Heloísa Giovana Gomes Porto,
Isabel Maria Reis,
Isabelle Vitória Rodrigues de Souza
Isaque da Silva Teodoro
João Pedro dos Santos Rodriguez
Jorge Luiz da Silva Neto
Júlia Pimenta Soares Rocha
Kauan Henrique Teixeira dos Anjos
Laura Beatriz da Silva Santos,
Laura Emanuele dos Santos Pires,

Laura Louise Silva de Freitas
Leticia Teixeira D'ávila Evangelista
Lorena Beatriz dos Santos Cruz
Luíza Vasconcelos Ribeiro
Maria Cecília Ribeiro da Cruz
Maria Eduarda Machado Rocha
Mariana Costa Pena
Matheus de Carvalho Gonçalves
Miguel Augusto Aguiar Silva Sabino
Miguel de Oliveira Damasceno
Miguel dos Santos Guimarães
Miguel Messias Pereira Lopes
Mirella Orfanó
Nicolas Braian Siqueira de Lana
Pablo Machado Neubaner
Pietra Melissa Oliveira Santana
Rafael Henrique Ferreira Santos
Ryan Miranda Ponce
Sálua Gomes Santos
Samuel de Souza Nogueira
Samuel Faria Barbosa
Sophia Santiago de Almeida
Taylor Pontes de Souza
Victória Getelip Teixeira Franca



APÊNDICE G– Sugestões de leituras

Textos que contribuíram indiretamente na construção desse trabalho. Indicados como sugestão de leitura para quem quiser se aprofundar um pouco mais nos estudos sobre inclusão.

ARANHA, Maria Salete Fábio. *Projeto Escola Viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2005.

BLANCO, Rosa. *Aprendendo na diversidade: implicações educativas*. Disponível em: <<http://entreamigos.com.br/sites/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade%20-%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CAIADO, K. R. M.; BERRIBILLE, G. R.; SARAIVA, L. A. Educação e deficiência na voz de quem viveu essa trama. In: CAIADO, Kátia Regina Moreno (Org.). *Trajetórias escolares de alunos com deficiência*. São Carlos. EdUFSCar. 2013.

DINIZ, Margareth. Formação docente para a diversidade e a inclusão. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 14, n. 18, p. 39-55, dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/230>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DUK, Cynthia (org.) *Educar na diversidade: Material de formação docente*. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

DUTRA, Cláudia Pereira. Entrevista. Brasília: *Revista da Educação Especial*. v. 1, n. 1, p. 5-6. (out. 2005). Brasília: Secretaria de educação Especial. 2005.

DUTRA, Cláudia Pereira. Prefácio da Parte I. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.) *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara, Junqueira & Marin, Brasília, CAPES, 2008.

FRANCO, Marco Antônio Melo. Formação docente, ensino e aprendizagem em contextos de inclusão. In: FRANCO, M. A. M. (Org.) *Práticas pedagógicas em contextos de inclusão: situações de sala de aula*. Paco Editorial. 2015. P. 13-23.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas nas múltiplas redes educativas. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. (org.). *Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo, Cortez, 2012. p. 169-188.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista da Educação Especial*. v. 1, n. 1, p. 35-39. (out. 2005). Brasília: Secretaria de educação Especial. 2005.

GUERRA, Leonor Bezerra. Inclusão e uma abordagem neurobiológica da aprendizagem. In: FRANCO, M. A. M. (Org.) *Práticas pedagógicas em contextos de inclusão: situações de sala de aula*. Paco Editorial. 2015. P. 25-38.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Marcas da história social no discurso de um sujeito: uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 20, n. 50, abr. 2000.

LAVILLE, Christian.; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Traduzido por MONTEIRO, Heloisa; SETTINERI, Francisco. Porto Alegre, Artmed, Belo Horizonte, Editora UFMQ. 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A hora da virada. *Revista da Educação Especial*. v. 1, n. 1, p. 24-28. (out. 2005). Brasília: Secretaria de educação Especial. 2005.

PEIXOTO, S. et al. *Escola resgata jogos tradicionais para crianças com e sem deficiência brincarem juntas*. [21 abr. 2017] Disponível em: <<https://www.diversa.org.br/relatos-de-experiencia/escola-resgata-jogos-tradicionais-para-criancas-com-e-sem-deficiencia-brincarem-juntas/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Mesa diretora da assembleia legislativa. *Manual de redação: mídia inclusiva*. Porto Alegre, Divisão de Comunicação Visual da ALRS, 2011

SANTOS, Boaventura Souza. Entrevista com professor Boaventura de Souza Santos. [1º sem, 2017] Belo Horizonte. *Revista VistuaJus*. v.13. n.1. p.12-16. Entrevista concedida a Bárbara dos Santos Choucair e Thiago Braga Silva dos Santos.

SANTOS, D. et al. *Com jogos desportivos e lúdicos, educadores mostram inclusão na prática e inspiram seus colegas*. [28 abr. 2017] Disponível em:<<https://www.diversa.org.br/relatos-de-experiencia/com-jogos-desportivos-e-ludicos-educadores-mostram-inclusao-pratica-inspiram-colegas/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 85-90, 2005

APÊNDICE H – Fotos

FOTO 1 – EXIBIÇÃO DAS FOTOS DOS ALUNOS DE 2 E 3 ANOS COM A MASCOTE HELÔ.



Fonte: Arquivo pessoal

FOTO 2 – APRESENTAÇÃO DE HÓQUEI DO GRUPO SUPERAR NA MOSTRA CULTURAL.



Fonte: Arquivo pessoal

FOTO 3 – PAINEL SOBRE O PROJETO INCLUSÃO.



Fonte: Arquivo pessoal

FOTO 4 – APRESENTAÇÃO DE PATINAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO SUPERAR.



Fonte: Arquivo pessoal

FOTO 5 – PAINEL SOBRE O PROJETO INCLUSÃO.



Fonte: Arquivo pessoal

FOTO 6 – PAINEL SOBRE O PROJETO INCLUSÃO.



Fonte: Arquivo pessoal

FOTO 7 – PAINEL DE BOAS-VINDAS NO PRIMEIRO DIA LETIVO DE 2019.



Fonte: Arquivo pessoal

FOTO 8 – EXPOSIÇÃO DOS DESENHOS FEITOS PELOS ALUNOS E FAMILIARES.



Fonte: Arquivo pessoal

FOTO 9 – ESCOLA DE PAIS.



Fonte: Arquivo da EMEI Itamarati.

FOTO 10 – ESCOLA DE PAIS.



Fonte: Arquivo da EMEI Itamarati.

ANEXO A – Depoimento

Registro enviado por e-mail do depoimento de uma mãe de aluna sobre sua participação na Escola de Pais e demais atividades do projeto.

Pensando a Inclusão – convite EMEI Itamarati

Flávia Gualberto Lages Orfanó

Quando foi apresentado pela EMEI Itamarati o Projeto institucional 2019 – INCLUSÃO pensei “estou no lugar certo, sem saber ao certo o que viria”. A primeira experiência foi a visita da Helô em nossa casa, uma bonequinha deficiente física, que nos fez pensar, ter empatia e respeito pelo outro em suas diferenças. Assim, fui descobrindo, como mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA,) que o mundo pode sim sair de nós mesmos e abarcar outras formas de ser, de agir e de se colocar neste universo tão rico que é a diversidade. A inclusão vem nos propor que há lugar (de direito) para todos, seja pobre, deficiente, negro, mulher, idoso etc. Nesse sentido, ao longo do trabalho desenvolvido foi possível percorrer caminhos que por muitas vezes nos são imperceptíveis.

A “Escola de Pais”, espaço de aprendizado e troca de experiências, teve como trabalho inicial a apresentação da pedagoga Marissandra Freitas, que relata um pouco sobre as questões da deficiência, em especial o TEA, e os caminhos possíveis para o desenvolvimento destas crianças no âmbito da educação em parceria com demais profissionais habilitados. Ela como profissional e mãe de uma linda criança com TEA relata com alegria, a parceria da escola no desenvolvimento da sua filha nos aspectos social, cognitivo e emocional.

Em outra conversa, a convidada foi a pedagoga deficiente visual, Carla Rangel, que nos traz algumas experiências de vida e superação. Fala da maternidade e das estratégias utilizadas, por exemplo, para medicar sua filha, das dificuldades para estudar, dos preconceitos e estigmas que a rodeavam e que até hoje lhe são comuns.

Outra palestrante com formação em Psicologia, Laênia Petersen, nos ensina como o amor é o remédio mais poderoso para ajudar o outro. Conta um pouco da sua experiência pessoal e marcante de dedicação à filha, que havia nascido e ficado internada por longo período por questões de saúde e reabilitações.

Já a jornalista Isabelle Chagas, traz uma palavra desconhecida para mim - Sororidade (sentimento de união e apoio entre as mulheres) e a importância desta tomada de decisão por parte do universo feminino como forma de empoderamento, a fim de que os papéis sociais sejam revistos constantemente. Nesta vertente, reflete sobre as condições atuais da mulher no mercado de trabalho, nas atividades do lar, na relação com os filhos, na relação com os parceiros, além de descrever aspectos ligados à violência e a Lei Maria da Penha.

A discussão sobre a Igualdade Racial também esteve em foco e reforça a importância de se ensinar desde a infância o quanto uma boa auto-estima, aceitação, valorização de si como igual e não inferior aos outros, fará toda a diferença na construção deste sujeito, que superará os preconceitos, ocupando cada vez mais os espaços comuns de direitos: universidades, mercado de trabalho, meios de comunicação, escolas etc.

Outra palestrante, com formação em Serviço Social, Romilda Guimarães, faz um panorama sobre a sociedade antes e depois do ECA, e para ilustrar traz a experiência do trabalho que era “desenvolvido” na FEBEM e as evoluções em relação aos direitos conquistados de modo geral na sociedade.

Para fechar este ciclo de palestras, a historiadora Alexa Taves só veio corroborar o trabalho proposto pela EMEI Itamarati ao longo do ano de 2019. Inicia com a exposição de um belíssimo e verdadeiro vídeo sobre a experiência de uma mãe, Lau Patrón, que se vê com seu destino radicalmente mudado em função de seu filho com uma síndrome rara, Shua, há uma provocação no sentido de refletirmos sobre a questão da existência e suas inúmeras vertentes, seja na escola, no trabalho, em família, enfim, nas relações humanas. Assim, há um convite para todos na reflexão de um provérbio africano “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Sejam rede. Sejam aldeia.

Por conseguinte, ao visualizar cada trabalho criado, desenvolvido e experimentado com muita emoção na Mostra Cultural - Inclusão, por meio de exposições, apresentações de dança, música, dos atletas do esporte do Projeto Superar, veio-me a certeza de que a formação dos nossos filhos só é plena através de uma rede forte e poderosade parceria: família+ escola= sucesso da criança e, conseqüentemente, dos pais. O agradecimento se estende a todos os parceiros e profissionais envolvidos nesta história de sensibilidade e respeito ao outro.

Seguem alguns registros fotográficos da Mostra Cultural da EMEI Itamarati 2019. Os registros do coração ficarão guardados a seu modo em cada um que viveu esta experiência, em especial no coração da minha família.





ANEXO B – Print Intranet PBH 1

Print da página de notícias da Intranet da Prefeitura de Belo Horizonte comentando a palestra sobre autismo realizada durante as ações do trabalho.



INTRANET DA EDUCAÇÃO

Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati promove palestra sobre autismo

postado por janicedefaria | qui, 02/05/2019 - 15:58

A escola contou com relato de psicopedagoga que tem uma filha autista, e com a participação de professoras e auxiliares de educação

No dia 29 de março, a Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati, da regional Venda Nova, promoveu uma palestra sobre autismo. Neste ano, a EMEI está trabalhando em um projeto cujo tema é a inclusão; desse modo, os alunos vêm sendo conscientizados sobre a importância do respeito às diferenças (étnicas, físicas, religiosas, de orientação sexual, entre outras). Ao mesmo tempo, a instituição conta com o projeto Escola de Pais – proposta que visa trazer a comunidade para dentro da escola. Como no dia 2 de abril é celebrado o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, a equipe resolveu unir a data aos dois projetos, originando, assim, o evento.

A palestra contou com a apresentação da psicopedagoga Marissandra Freitas, que é especializada no transtorno e tem uma filha autista que estuda na Emei Itamarati. Marissandra relatou sua experiência ao descobrir ser mãe de uma criança autista e contou sua trajetória em busca de atendimentos especializados e de estudos pessoais sobre o tema. A pedagoga apresentou aos pais e à comunidade escolar características que marcam o autismo, como dificuldade de interação, extra sensibilidade a sons e texturas, ecolalia (que é a repetição de palavras ou frases quando a criança é interrogada), entre outros assuntos. A mãe falou ainda da importância da Emei em sua vida e na vida de sua família. Marissandra expôs que na Emei Itamarati as professoras Thaís Monteiro e Silvana Pereira estão fazendo um excelente trabalho com sua filha, sendo firmes e carinhosas na medida certa, o que resulta em um desenvolvimento e comportamento compatíveis com a turma. Por fim, a palestrante ressaltou a importância da comunicação entre os pais e a escola.

O evento contou também com a participação de professoras e auxiliares de apoio. De acordo com a escola, a palestra foi prestigiada por muitas famílias, inclusive por aquelas que não têm crianças autistas: "Isso muito nos motiva e reforça nossa crença de que o conhecimento promove o respeito. Para os próximos encontros da Escola de Pais, estamos articulando com representantes de outros segmentos da sociedade civil, que de alguma maneira estejam envolvidos com a temática da inclusão", ressaltou Janaína Nogueira, que é a coordenadora geral da Emei. Janaína expôs também que "para respeitar é preciso conhecer! Queremos proporcionar às nossas crianças o conhecimento necessário em busca de uma sociedade melhor". A professora Viviane Menezes comentou: "A escola é para todos, independente das condições e características de cada pessoa. Nossas ações educativas têm como eixo o convívio com as diferenças. Ao falar de inclusão em nossa escola, estamos falando de mudança social para lidar e aprender com a riqueza da diversidade". Por último, a professora Laura Divina afirmou "Achei excelente! Muito boa também foi a grande participação de mães e pais".



ANEXO C – Print Intranet PBH 2

Print da página de notícias da Intranet da Prefeitura de Belo Horizonte comentando Mostra Cultural da EMEI Itamarati citada no trabalho.



INTRANET DA EDUCAÇÃO

Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati realiza Mostra Cultural 2019

postado por janicedefaria | qui, 10/10/2019 - 15:44

A Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati "pensa a Educação como uma expressão de amor verdadeiro pelo outro pois educar é empenhar-se por fazer o outro crescer, desenvolver-se, evoluir". Com essas palavras, a diretora Francislane Soares Pereira Ribeiro, deu início à Mostra Cultural 2019, realizada na escola, no dia 14 de setembro.

"Inclusão" foi o tema do projeto institucional da Emei e também o tema da Mostra. O evento foi dividido entre exposição de trabalhos e apresentações. As turmas apresentaram músicas como "Normal é ser diferente", "Juntos somos muitos", "Diferente", "Ninguém é igual a ninguém", "Coloridos", "Só eu, sou eu", e "Jogadeira". As músicas tratam, em sua maioria, da valorização individual de cada um. Ao final, a turma de 2 anos apresentou a música "Jogadeira" que traz a mensagem de que futebol também é para mulher, quebrando o preconceito de que esse esporte só pode ser praticado por homens. A professora Juliana Borges, juntamente com as famílias, escreveu um poema para cada aluno de sua turma ressaltando suas qualidades e as características de cada um, salientando que as diferenças de cada criança é que tornam a turma única.

A professora Viviane Menezes, que está finalizando seu curso Inclusão no Laseb- UFMG-, propôs ao longo do ano, que as famílias fizessem uma ilustração com as crianças, representando o significado da Inclusão para elas. Os desenhos foram expostos ao longo do corredor da escola e suscitou a curiosidade de todos para ver o que cada família ilustrou.

As exposições contaram com releituras de livros como "Todas as Cores", "Nicola: a borboleta de uma asa só", "Tudo Bem ser diferente", entre outros. Também foram expostas pinturas onde as crianças retrataram elas mesmas, destacando a beleza que cada uma possui.

Por fim, a escola recebeu integrantes do Programa Superar que fez apresentações de patinação, bocha paralímpica e uma mini gincana entre os integrantes do grupo. O programa Superar tem como objetivo promover a inclusão social por meio do esporte. O programa atende mais de 900 alunos com deficiência física, visual, intelectual, auditiva, múltipla e autismo. São oferecidas 16 modalidades: atletismo, basquetebol, bocha regular, bocha paralímpica, dança, futsal, goalball, judô, natação, rúgbi em cadeira de rodas, tênis de mesa, voleibol sentado, patinação, percurso, funcional e parataekwondo.

A vice-diretora Elisângela Vidal achou muito emocionante a apresentação das turmas, do grupo superar e o envolvimento das famílias. "Vi uma mãe chorando, muito emocionada com a apresentação do Grupo Superar. Também recebemos muitos elogios das atividades propostas pela escola ao longo do ano, que de fato promoveram a inclusão".

Para a professora Elisângela Luca, o evento foi ótimo, as famílias vieram e participaram. "O formato escolhido para a Mostra, que dividiu apresentação e exposição, fez com que a todo momento houvesse uma atividade envolvendo as famílias que, ora assistia uma apresentação, ora assistia um vídeo ou visitava as exposições. Foi excelente!".

"A escola ficou linda e tudo foi muito criativo. Estando na portaria, sempre que dava um intervalinho na entrada das pessoas, eu dava uma espiadinha nas apresentações que foram espetaculares", afirmou o porteiro Adriano Félix. Flávia Orfanó, mãe da aluna Mirella, de 3 anos, declarou: "Ao longo desse ano participamos dos vários momentos de inclusão da escola, seja em palestras, seja em trocas pessoais. Com a Mostra Cultural, estas experiências só tomaram mais vida e emoção. Parabéns pelo empenho e dedicação no trabalho realizado. Lindo!!! Parabéns à equipe Itamarati".



ANEXO D – Print Intranet PBH 3

Print da página de notícias da Intranet da Prefeitura de Belo Horizonte comentando o trabalho da EMEI Itamarati junto com o serviço de Atendimento Escolar Especializado (AEE).



INTRANET DA EDUCAÇÃO

Emei Itamarati e Atendimento Escolar Especializado -AEE, juntos pela inclusão

postado por janicedefaria | qui, 05/12/2019 - 17:35

No dia 10 de outubro, a Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati, da regional Venda Nova, realizou um momento de troca de experiências entre a professora Ariane Dantas Pinto Guimarães, da equipe do AEE (Atendimento Escolar Especializado), da Escola Municipal Cora Coralina, e as professoras da escola.

O objetivo foi confeccionar materiais para trabalhar com as crianças com autismo. A demanda surgiu após os encontros que a equipe escolar teve com a professora Viviane Menezes, também da escola, que está fazendo no Laseb -UFMG, o curso de Inclusão, e com a coordenadora geral Janaína Nogueira, que faz no Laseb o curso de Coordenação Pedagógica. Essas profissionais promoveram encontros com as professoras abordando o autismo e outras deficiências.

Foram discutidas variadas formas de incluir as crianças com deficiência nas atividades propostas pela Emei e algumas professoras relataram o trabalho realizado pelo AEE (Atendimento Escolar Especializado). As professoras ressaltaram que nas salas recursos havia materiais mais adequados para a inclusão dos alunos com deficiência. Diante dessa observação, a equipe gestora entrou em contato com Ariane, que prontamente organizou uma oficina, para junto com as professoras, confeccionarem atividades de jogo da memória, jogo da velha, tabelas, e outras de escrita, porque chegou-se à conclusão elas podem ser usadas por todas as crianças.

Os materiais ficaram lindos e aumentaram a gama de possibilidades de ações pedagógicas para serem trabalhadas com as crianças. Ariane ressaltou que há uma demanda de professoras para o AEE e convidou as colegas a se informarem e também fazerem parte da equipe que faz esse trabalho tão especial, pois o trabalho de incluir é muito gratificante.

Para a coordenadora geral, Janaína Nogueira, conseguir realizar a oficina com as professoras foi muito gratificante. "Desde o início do ano temos conversado sobre atividades e meios de incluir todas as crianças. A princípio existia um sentimento de que as atividades tinham que ser diferentes, e isso daria trabalho exigindo um tempo maior de planejamento. Percebemos, ao final, que é possível, com adaptações muitas vezes simples, favorecer a participação de todos os alunos em todas as atividades. Incluir a criança e não apenas integrá-la ao grupo nos traz a consciência de dever cumprido.

Vanessa Oliveira Damasceno, coordenadora do turno da tarde afirmou: "acho que oficina como essa agrega muito ao nosso trabalho. Criar estratégias para trabalhar com as crianças com deficiência, inclui e facilita o desenvolvimento delas. Acho que devemos repetir essa oficina e preferencialmente com um tempo maior."

Margarete Silveira, professora da turma de 5 anos, adorou a oficina "O mais interessante é que após as rodas de conversa e trocas de experiências, percebemos que o material que confeccionamos possibilita trabalhar com todas as crianças, sem exceção. A escola ganhou um pequeno, mas próspero kit de atividades inclusivas". Para Thais Monteiro, professora da turma de 4 anos, a atividade foi muito importante. "Aproveitei a oficina para tirar dúvidas sobre meu trabalho com minha aluna autista. A Ariane me deu muitas dicas e agora é só colocar em prática. A oficina foi maravilhosa!", disse.

